

ESCOLA PROFISSIONAL DO PICO
ADLIP – Associação para o Desenvolvimento Local da Ilha do Pico



PROJETO EDUCATIVO
2023-2026

Madalena do Pico
2023 | Janeiro

O Projeto Educativo constitui uma metodologia e um instrumento de planificação a longo prazo que enquadra a definição e a formulação de estratégias de gestão e do qual decorrem os planos operacionais de médio e curto prazo.

J. Barroso, 1992

2

FICHA TÉCNICA:

ESCOLA PROFISSIONAL DO PICO: PROJETO EDUCATIVO 2023-2026



Escola Profissional do Pico – E.P.P

Rua D. Jaime Garcia Goulart, 1
9950-361 MADALENA DO PICO
T: 292 622661
F: 292 622666
escolaprofissionalpico@gmail.com
www.ep-pico.com

Índice

1. Introdução	4
1.1. Enquadramento Jurídico.....	4
1.2. Historial Escolar.....	6
2. Funções da Escola.....	11
2.1. Valores Educativos e Pedagógicos.....	11
3. Localização.....	12
3.1. O Pico no Contexto Arquipelágico.....	12
4. Caracterização Socioeconómica.....	14
4.1. Historicidade.....	14
4.1.1. Dinâmica Económica.....	14
4.1.2. Composição Social.....	15
4.1.2.1. Demografia.....	15
4.1.2.2. Emigração.....	16
4.1.2.3. Estrutura Social.....	16
4.2. Atualidades.....	17
4.2.1. Caracterização dos Concelhos, através dos Censos 2021 (INE).....	17
5. Caracterização da Escola.....	19
5.1. Caracterização do Espaço Físico / Instalações.....	19
5.2. Recursos Materiais.....	20
5.3. Áreas de Formação.....	21
5.4. Desenvolvimento Curricular.....	22
5.5. Avaliação.....	22
5.6. Prova de Aptidão Profissional (PAP).....	23
5.7. Processo de Inserção Profissional.....	23
5.7.1. Seleção de Cursos.....	23
5.7.2. Seleção de Candidatos e Orientação Profissional.....	24
5.7.3. Formação em Contexto de Trabalho (2.º e 3.º Anos).....	25
5.7.4. Orientação e Inserção Profissional.....	26
5.8. Apoios / Subsídios.....	27
5.9. Caracterização Organizacional e Administrativa.....	28
5.10. População Escolar.....	30
5.11. Análise SWOT.....	31
6. Planificação e Gestão.....	33
6.1. Finalidades e Objetivos.....	33
6.2. Linhas de Ação e Projeto Educativo.....	33
6.3. Calendarização.....	38
7. Avaliação – Orientações Metodológicas.....	39
8. Projetos e Parcerias.....	40
8.1. Projetos Europeus.....	40
8.1.1. Mobilidade de Indivíduos para fins de Aprendizagem (KA102).....	40
8.1.2. Cooperação para a Inovação e o Intercâmbio de Boas Práticas (KA2).....	42
8.2. Jornal “O Leme”	43
8.3. Eco-Escola.....	43
8.4. “Educar para o Empreendedorismo”.....	44
8.5. Programa “Parlamento dos Jovens”.....	44
8.6. Parcerias.....	44
Bibliografia.....	46

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Educativo de Escola, tal como é consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo, é um documento orientador das grandes finalidades e objetivos educativos, que exprime a vontade coletiva e autónoma de uma escola, sendo constituído e executado de forma participada pelos vários intervenientes na vida escolar, dentro dos princípios da adequação a características e recursos da Escola e às solicitações e apoios da Comunidade em que se insere.

Tem uma revisão trianual, levada a cabo por uma comissão nomeada para o efeito em Conselho Pedagógico, sendo, posteriormente, aprovado por este mesmo órgão de gestão, para um novo horizonte de três anos. Nele se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo as quais a Escola se propõe a cumprir a sua função educativa.

Pretendeu-se que este Projeto Educativo fosse atrativo e funcional para toda a comunidade educativa, flexível no seu desenvolvimento, atento às realidades locais e às aspirações de cada um, potenciador da melhoria organizacional e do sucesso escolar e educativo, e aberto à sociedade.

Assim, começou-se por fazer um enquadramento legal, enunciando todos os normativos legais por que se rege a Escola e o seu Regulamento Interno, embora conscientes de que os mesmos estão sujeitos a constantes atualizações. Achou-se pertinente continuar a incluir neste Projeto, o Historial da Escola, no que diz respeito à oferta formativa disponível, desde a sua constituição até à atualidade. Passa-se por uma breve contextualização geográfica, histórica, económica e social da Escola, elabora-se uma análise SWOT para melhor se refletir sobre, e perceber quais os seus pontos fortes, os mais fracos, e quais as eventuais oportunidades e ameaças que a circundam, no sentido de nos impulsionar para uma constante mudança construtiva e inovadora que nos leve a atingir o máximo de qualidade, eficiência e eficácia organizacionais.

Caracterizamos os nossos espaços físicos e materiais, bem como os nossos recursos humanos. Detemo-nos no processo de inserção e orientação profissional, bem como em todo o processo formativo e avaliativo, para passarmos, propriamente às linhas orientadoras do projeto, definindo e expondo estratégias para a sua concretização.

E como, no nosso entender, a escola deve ser um local de múltiplas aprendizagens (do saber ser, estar, aprender, fazer e conviver), tal como no dizer de Strecht (2008) Numa escola, não se aprende apenas, também se vive! Incluímos e descrevemos todos os projetos em que a escola participa (projetos europeus, jornal escolar, Eco-Escolas, Empreendedorismo), bem como as parcerias que mantém, sempre com o objetivo de proporcionar a toda a comunidade educativa a vivência de uma verdadeira cidadania ativa e inclusão social.

1.1. Enquadramento Jurídico

As escolas profissionais privadas organizam-se e funcionam de acordo com os respetivos estatutos que definem os seus objetivos, estrutura orgânica, competência dos diversos órgãos, formas de designação e substituição dos titulares, como previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 11/2013/A, de 22 de agosto, que altera o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, aprovado pelo Decreto Legislativo

Regional nº 26/2005/A de 4 de novembro, estabelecendo o regime jurídico da relação entre a administração regional autónoma e os estabelecimentos de educação e ensino dos sectores particular, cooperativo e solidário.

A Escola Profissional do Pico segue os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo, bem como da avaliação das aprendizagens referentes ao nível secundário de educação, no quadro das grandes linhas de reforma do ensino secundário enunciadas no Programa do XV Governo Constitucional, procedendo-se a uma reforma que constitui componente estratégica nuclear no âmbito de uma política de educação determinada em obter resultados, efetivos e sustentados, na formação e qualificação dos jovens portugueses para os desafios da contemporaneidade e para as exigências do desenvolvimento pessoal e social.

Assim sendo, foram introduzidos:

- O Decreto-Lei nº 55/2018 de 6 de julho estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.
- A Portaria nº 235-A/2018 de 23 de agosto procede à regulamentação dos cursos profissionais de nível secundário de dupla certificação e define as regras e procedimentos da conceção e operacionalização do currículo dos referidos cursos.
- O Decreto Legislativo Regional nº 1/2016, de 8 de janeiro, procede à alteração do artigo 8º do Decreto Legislativo Regional nº 12/2013/A, de 23 de agosto, que aprova o Estatuto do Aluno do Ensino Básico e Secundário;
- A Portaria nº 75/2014, de 18 de novembro, sobre o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos;
- O Decreto-Lei nº 396/2007 de 31 de julho estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento;
- A Portaria nº 782/2009, de 23 de julho, regula o Quadro Nacional das Qualificações e define os descritivos para a caracterização dos níveis de qualificação nacionais;
- O Programa REATIVAR foi reformulado pela Portaria nº 107/2009, de 28 de dezembro, permitindo a adequação da educação de adultos na Região Autónoma dos Açores ao contexto nacional e a criação de uma resposta articulada e flexível, ao criar novas modalidades específicas de formação e qualificação, garantindo uma maior escolha de percursos formativos, desenvolvendo-se segundo percursos de dupla certificação ou apenas de formação escolar de nível básico ou secundário, de acordo com o Despacho Normativo nº 37/2010 de 2 de junho.
- A Circular nº 1/ANQEP/2019, de 08 de março, emite indicações quanto à continuidade do processo de integração dos cursos profissionais no CNQ e ao modo de operacionalização dos cursos face ao conteúdo nos anexos 1 e 2.
- A Portaria nº 76/2020, de 18 de março, procede à revogação das portarias de criação dos cursos profissionais constantes na lista em anexo à portaria.
- O Despacho nº 9145/2020, de 08 de setembro, cria o Curso de Especialização Tecnológica em Turismo de Natureza e Aventura, ao abrigo do Decreto-lei nº 88/2006, de 23 de maio.

Os cursos profissionais ministrados, na escola, em cada triénio, são regulamentados pelas portarias em vigor de acordo com o estabelecido pela Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., que é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, sob a tutela dos Ministérios da Educação e Ciência conjuntamente com o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, em articulação com o Ministério da Economia, e tem autonomia administrativa, financeira e pedagógica no prosseguimento das suas atribuições.

1.2. Historial Escolar

A Escola Profissional do Pico resultou de um Contrato Programa celebrado a 28 de outubro de 1998 entre a Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais e a Associação para o Desenvolvimento Local da Ilha do Pico, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei 4/98, de 8 de janeiro, entrando em funcionamento efetivo em janeiro de 1999.

A Escola Profissional do Pico tem como objetivo formar técnicos qualificados, trabalhadores autónomos, intervenientes e cidadãos ativos capazes de ingressar no mercado trabalho atual e fazer face a futuras modificações que este venha a sofrer.

O processo de formação preconizado pela escola é um processo global que integra, quer a dimensão instrumental/cognitiva quer a dimensão comportamental. Pretende-se desta forma construir um modelo humanista de educação e formação, em que a escola esteja estreitamente ligada à comunidade e ao mundo do trabalho.

A formação deve atender às realidades sociais, culturais e de trabalho, às necessidades de formação local e regional, à inserção dos projetos a desenvolver pelos formandos na comunidade, para isso é necessário manter relações entre a escola e a comunidade por um lado e o sistema social e político por outro.

Dotar a Ilha do Pico e a Região Autónoma dos Açores de profissionais qualificados de modo a criar condições de maior competitividade e modernização das estruturas empresariais e comerciais é a missão da Escola Profissional do Pico.

Paralelamente a esta formação profissional dos jovens, tem sido preocupação desta escola promover, para além de outros de carácter pós-laboral, cursos de Formação Pedagógica de Formadores/Formadores, de forma a desenvolver competências de futuros formadores ao nível do desempenho pedagógico, nomeadamente nos domínios do saber, saber fazer e saber estar.

Seguindo estes princípios, implementou-se, numa 1ª fase, e no primeiro ano letivo (1998/1999), os cursos técnico-profissionais, de nível 3, de Técnico de Hotelaria/Restauração-Organização e Controlo e Técnico de Informática de Gestão, bem como um curso de Formação Pedagógica de Formadores/Formadores, de 140 horas, em regime pós-laboral.

No ano letivo seguinte, 1999/2000, e já numa 2ª fase, implementaram-se os cursos de Técnico de Instalações Elétricas e Técnico Desenhador Projetista, de nível 3, bem como se promoveram cursos, em regime pós-laboral, nomeadamente o Curso de Contabilidade para Não Contabilistas e o Curso de Princípios Gerais de Gestão, destinados, todos eles, a empresários locais.

No ano letivo de 2000/2001, numa 3ª fase teve início outro curso de nível 3, nomeadamente o Técnico de Contabilidade, bem como mais um curso de Formação Pedagógica de Formadores/Formadores, de 140 horas, em regime pós-laboral.

No ano letivo de 2001/2002, tiveram início mais três cursos de Nível 3, nomeadamente o Técnico de Informática/Manutenção de Equipamentos, o Técnico de Multimédia, o Técnico Auxiliar de Infância e, ainda, o Curso de Qualificação Inicial - Reparador de Carroçarias e Pintor de Auto.

Em regime Pós-Laboral, promoveram-se os Cursos de Formação Pedagógica de Formadores/Formadores, Informática na Ótica do Utilizador, Contabilidade Geral e Financeira, Introdução à Internet, Fiscalidade e Direito Laboral.

No ano letivo de 2002/2003, tiveram início mais quatro cursos de Nível 3, nomeadamente o Técnico de Banca e Seguros, o Técnico de Turismo/Profissionais de Informação e Animação Turística, o Técnico de Construção Civil e, ainda, o Técnico de Instalações Elétricas.

Em regime Pós-Laboral, promoveram-se os cursos de Atendimento ao Público, Informática na Ótica do Utilizador, Formação Pedagógica Inicial de Formadores/Formadores, Autocad 2000 Básico, Introdução à Internet, Lar Idosos/S.A.D., Cozinha, Creche e Jardim de Infância, Serviços Administrativos e Serviço de Voluntariado.

No ano letivo de 2003/2004, tiveram início um curso de Nível 2, o de Operador de Construção Civil/Carpintaria, e dois de Nível 3, nomeadamente o de Assistente de Gestão e o Técnico de Comunicação, Marketing, Relações Públicas e Publicidade.

Em regime Pós-Laboral, promoveram-se os cursos de Atendimento ao Público/Língua Inglesa, Formação Pedagógica Inicial de Formadores/Formadores, Formação de Atualização Pedagógica de Formadores Ativos, Gestão de Recursos Humanos, O Secretariado na Empresa e Formação do Centro de Atividades Ocupacionais para Pessoas Deficientes.

No ano letivo de 2004/2005, tiveram início um curso de Nível 2, o de Operador Horto-Florícola, e quatro de Nível 3, nomeadamente Informática Aplicada, Mecânica/Frio e Climatização, Gestão do Ambiente e Hotelaria e Restauração/Organização e Controlo.

Em regime Pós-Laboral, promoveram-se os cursos de Formação Pedagógica Inicial de Formadores/Formadores, Atualização Pedagógica de Formadores, Informática na Ótica do Utilizador-Iniciação, IRS-Categoria B, IVA, Contabilidade Geral e Financeira, Higiene e Segurança no Trabalho, Primeiros Socorros e Atendimento ao Público/Língua Francesa.

No ano letivo de 2005/2006, tiveram início quatro cursos de Nível 3, nomeadamente o Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente, o Técnico de Turismo Ambiental e Rural, o Técnico de Eletrónica/Áudio, Vídeo e TV e Animador Sociocultural/Assistente de Geriatria, e um curso de Nível 5, o de Técnicos Superiores de Segurança e Higiene no Trabalho.

Em regime Pós-Laboral, promoveu-se o curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores.

Para o triénio 2006/2009 iniciaram-se os seguintes cursos de Nível 3: Técnico de Marketing; Técnico de Eletrónica/Automação e Computadores e Técnico de Construção Civil/Condução de Obra, Variante de Edifícios.

No ano letivo 2007/2008, deu-se início a quatro cursos de Nível 3, o Técnico de Informática de Gestão, o Técnico de Secretariado, o Técnico de Receção e o Técnico de Turismo, e a três de Nível 2, o Operador de Informática, o Empregado de Bar/Barman e o Mecânico de Veículos Ligeiros.

Em regime Pós-Laboral, promoveram-se duas sessões do Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores.

No ano letivo 2008/2009, iniciaram-se quatro cursos de Nível 3, nomeadamente o Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente, o Técnico de Instalações Elétricas, Técnico de Restauração-Restaurante/Bar e o Técnico de Contabilidade.

Promoveram-se, em regime pós-laboral, os cursos de Formação Pedagógica de Formadores, Informática na Ótica do Utilizador, Atendimento ao Público/Língua Inglesa, Introdução à Internet, Atualização Pedagógica de Formadores, e em parceria com a Santa Casa da Misericórdia da Madalena, os cursos de Apoio à População Idosa, Apoio à Infância e Apoio a Jovens e Adultos com deficiência.

No ano letivo de 2009/2010, tiveram início quatro cursos de Nível 3, o Técnico de Vendas, o Técnico de Frio e Climatização, o Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos e o Técnico de Eletrónica e Telecomunicações. Teve, ainda, início um curso do PROFIJ de Nível 2, Serviço de Mesa.

Em regime Pós-Laboral, promoveram-se os cursos de Formação Pedagógica de Formadores e o de HTML Frontpage.

No ano letivo de 2010/2011, tiveram início quatro novos cursos de Nível 3, nomeadamente o Técnico de Turismo Ambiental e Rural, o Técnico de Construção Civil/Desenhador, o Técnico de Manutenção Industrial/Mecatrónica Automóvel e o curso de Animador Sociocultural.

Em regime Pós-Laboral, promoveu-se uma nova edição do curso de Formação Inicial de Formadores, um curso de TIC – Word e Excel (Básico) e um curso de Higiene e Segurança Alimentar.

No ano letivo de 2011/2012, tiveram início cinco novos cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Eletrónica/Automação e Computadores, o Técnico de Energias Renováveis/Sistemas Solares, o Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, o Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente e o Técnico de Receção, um curso de Nível 2, Empregado de Mesa, e um Reativar, também Empregado de Mesa (equivalência ao 9.º ano).

No ano letivo de 2012/2013, tiveram início dois cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos e o Técnico de Viticultura e Enologia, e um curso de Nível 2, Operador Agrícola.

No ano letivo de 2013/2014, tiveram início dois cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Instalações Elétricas e o Técnico de Turismo, o Reativar Empregado Comercial (Tecnológico) e dois Reativar Escolar (equivalências ao 9.º e 12.º anos).

No ano letivo de 2014/2015, tiveram início dois cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Apoio à Gestão Desportiva e o Técnico de Turismo Ambiental e Rural, o Reativar Rececionista de Hotel (equivalência ao 12.º ano) e dois Reativar Escolar (equivalência ao 9.º ano).

Em regime pós-laboral promoveu-se, em 2012, um curso de “Espanhol para PMEs”; promoveram-se 3 ações do curso de “Empreendedorismo e Organização da Empresa” (duas em 2013 e uma em 2014), em parceria com a ACIP (Associação de Comércio e Indústria da Ilha do Pico); promoveram-se mais três ações do curso de “Formação Pedagógica Inicial de Formadores” (uma em 2013 e duas em 2014); e promoveram-se duas ações do curso de “Socorrismo e Suporte Básico de Vida” (uma em 2012 e uma em 2013).

No ano letivo de 2015/2016, tiveram início dois cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Comércio e o Técnico de Viticultura e Enologia, o Reativar Auxiliar de Saúde (equivalência ao 12.º ano) e o Reativar Restaurante-Bar (equivalência ao 12.º ano).

Em regime pós-laboral promoveram-se, em 2015, os cursos de Empreendedorismo e Organização da Empresa, de Primeiros Socorros e Combate a Incêndios e de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos.

No ano letivo de 2016/2017, tiveram início dois cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Informática de Gestão e o Técnico de Receção.

Em regime pós-laboral promoveram-se, em 2016, os cursos de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (2), de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (Pro-Rural), de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (SINTAP), de Primeiros Socorros e Combate a Incêndios e de Festas da Madalena – Ação de Sensibilização sobre Higiene e Segurança Alimentar.

No ano letivo de 2017/2018, tiveram início dois cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Apoio Psicossocial e o Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos, o Reativar Escolar (equivalência ao 9.º ano) e o Reativar Informação e Animação Turística (equivalência ao 12.º ano).

Em regime pós-laboral promoveram-se, em 2017, os cursos de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos (2), de Primeiros Socorros e Combate a Incêndios, de Ação de Sensibilização sobre Higiene e Segurança Alimentar (São Roque, Madalena e Lajes do Pico) e de Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida.

No ano letivo de 2018/2019, tiveram início dois cursos de Nível 4, nomeadamente o Técnico de Informação e Animação Turística e o Técnico de Restaurante-Bar, e um curso de Nível 5 Especialista em Turismo de Ar Livre (Curso de Especialização Tecnológica).

Em regime pós-laboral promoveram-se, em 2018, os cursos de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, de Ação de Sensibilização sobre Higiene e Segurança Alimentar – Madalena (2) e de Postura e Gestão de Conflitos no Atendimento Presencial e

Telefónico (CEFAP) e, em 2019, o curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores. Promoveu-se, ainda, um Workshop de Língua Gestual Portuguesa em junho de 2019, com o total de 5 horas.

No ano letivo 2019/2020 iniciaram-se dois cursos de Nível 4, nomeadamente, o Técnico/a de Informática de Gestão e o Técnico/a de Auxiliar de Saúde, bem como a 2ª edição do Curso de Especialização Tecnológica em Turismo de Ar Livre (Nível 5).

No ano letivo 2020/2021 tiveram início dois cursos de Nível 4, Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva e Técnico/a de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade, bem como a 1ª Edição do Curso de Especialização Tecnológica em Turismo de Natureza e Aventura (Nível 5).

Em regime pós-laboral, para ativos, promoveu-se um curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores, com o total de 98 horas, que decorreu de 1 a 30 de março de 2021.

No ano letivo 2021/2022 tiveram início mais dois cursos de Nível 4, o Técnico/a de Apoio Psicossocial e o Técnico/a de Informática – Sistemas.

Ao abrigo do novo Programa do Governo Form.Açores promoveram-se dois Percursos de Formação para desempregados, nomeadamente, o Percurso em Vitivinicultura (200 horas), de 25 de outubro a 3 de dezembro de 2021, e o Percurso em Atendimento e Formação Turística (300 horas), de 15 de novembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022. Adicionalmente, em articulação com a Santa Casa da Misericórdia da Madalena e incluindo alguns elementos das outras duas Misericórdias da ilha, promoveram-se várias Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), igualmente ao abrigo do programa Form.Açores, nomeadamente, Gestão de Stress e Gestão de Conflitos (25 horas), de 13 a 16 de dezembro de 2021; Liderança e Motivação de Equipas (50 horas), de 7 a 16 de março de 2022; Primeiros Socorros (25 horas), de 21 a 24 de março de 2022; e Inteligência Emocional (25 horas), de 28 a 31 de março de 2022.

Em março de 2022 promoveu-se, em articulação com os Bombeiros Voluntários da Madalena, um curso de Inglês Básico para alguns Bombeiros daquela Associação, num total de 50 horas, em horário pós-laboral.

Promoveram-se, ainda, em articulação com a Associação de Municípios da Ilha do Pico, duas edições do curso de Higiene e Segurança Alimentar, de 4 horas cada; uma a 7 de julho e outra a 26 de julho de 2022.

No ano letivo 2022/2023 iniciaram-se dois cursos de Nível 4, o Técnico/a de Ação Educativa e o Técnico/a de Instalações Elétricas.

2. FUNÇÕES DA ESCOLA

2.1. Valores Educativos e Pedagógicos

O projeto educativo da escola constitui-se como o instrumento indispensável à implementação da Autonomia Educativa, permitindo definir e formular com clareza as funções da Escola, os seus princípios orientadores, os objetivos e estratégias a adotar. Constitui-se, portanto, como um meio eficaz de gerir a mudança, tomando como ponto de partida a “escola que temos”, e traçando os caminhos suscetíveis de conduzir à “escola que queremos”.

Qual é a escola que queremos?

A Escola Profissional do Pico quer ser uma escola caracterizada pela qualidade do ensino-aprendizagem, investindo na formação integrada dos jovens a par de uma sólida formação profissional que permita a sua integração sócio-profissional.

A Escola, em geral, assume hoje um papel decisivo na educação e na vida dos jovens, possuindo o poder de os formar e integrar, mas também perverso de os “desintegrar” e marginalizar, em casos de desadaptação ao sistema. O nosso Projeto Educativo não pode alhear-se da especificidade do seu público-alvo maioritário, que encontra dificuldades de adaptação às metodologias típicas do ensino regular. Deste modo, a ideia do ensino profissional como uma **pedagogia de integração** define o Projeto Educativo da Escola Profissional do Pico.

Queremos, pois, uma escola que se assuma instituição social e culturalmente responsável, e não um mero polo de formação profissional. Capaz de inculcar nos jovens os valores da cidadania e da participação crítica e responsável.

Os princípios que estão subjacentes a este Projeto e a todo o ato pedagógico tal como aqui se entende, são:

- **Princípio da Igualdade** – a educação e formação só podem ocorrer em sentido pleno, longe de toda e qualquer discriminação, num ambiente de tolerância informada e crítica;
- **Princípio da Solidariedade** – cujo sentido acompanha o espírito de equipa e dignifica a existência humana;
- **Princípio da Democraticidade** – permitindo a participação ordenada de todos os membros da Comunidade Educativa na vida da escola e educando para uma cidadania responsável.

3. LOCALIZAÇÃO

3.1. O Pico no Contexto Arquipelágico

As ilhas atlânticas estão localizadas, sensivelmente, entre os 15 graus e os 40 graus de latitude Norte. É um conjunto de quatro arquipélagos (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde) que, sendo conhecido por Macaronésia, ocupa uma área total de 15.700 Km².

O arquipélago dos Açores, banhado por águas portuguesas e estendendo-se por mais de 650 km, fica situado no Oceano Atlântico a cerca de 2.000 km da Costa Ocidental da Europa, 2.300 km de Cabo Verde e, aproximadamente, 4.000 km de New York. Estas ilhas ocupam apenas três graus de latitude entre os paralelos 39°43'23" e 36°55'43" e os meridianos 31°16'24" e 24°16'15". A área total deste é de 2.344 km², sendo constituído por nove ilhas habitadas, distribuídas por três grupos, e alguns ilhéus desérticos. Contém o Grupo Oriental as ilhas de Santa Maria e São Miguel (a maior, com 757 km²), o Grupo Central as ilhas da Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico e Faial, e o Grupo Ocidental as ilhas das Flores e Corvo (a mais pequena, com 17 km²). A superfície marítima deste arquipélago, onde as ilhas mais afastadas ente si são Santa Maria e o Corvo (620 km) e as mais próximas o Pico e o Faial (10 km), está dentro da Zona Económica Exclusiva, ou seja, no espaço compreendido entre 200 milhas marítimas.

Os Açores gozam de Autonomia parcial desde 1895, uma vez que estão sob o domínio do continente português, constituindo, assim, uma Região Autónoma dotada de um Governo próprio e de uma Assembleia Legislativa, sediada na cidade da Horta, ilha do Faial.



A ilha do Pico é a maior do Grupo Central e a segunda do arquipélago. Desenvolveu-se em torno de um vulcão e o seu nome advém dessa mesma elevação, que é a mais alta de Portugal, com 2.351 m. Está situada a 28°20' de longitude Oeste e 38°30' de latitude Norte, e a sua superfície é de 447,74 km², sendo o seu comprimento e largura máximos de 42 km e 15,2 km, respetivamente.

Esta ilha é constituída por três concelhos: Lajes, com as freguesias da Ribeirinha, Piedade, Calheta de Nesquim, Ribeiras, Lajes e São João; Madalena, com as freguesias das Bandeiras, Madalena, Criação Velha, Candelária, São Mateus e São Caetano; São Roque, com as freguesias de Santo Amaro, Prainha, São Roque, Santo António e Santa Luzia.

4. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA

4.1. Historicidade

4.1.1. Dinâmica Económica

Uma das principais razões que levaram à Expansão Ultramarina Portuguesa – Descobrimientos – no decurso do século XV, foram essencialmente os propósitos económicos, uma vez que a coroa portuguesa vivia com dificuldades financeiras e pretendia, ao mesmo tempo, responder à insuficiência frumentária do reino.

É neste sentido que os Açores surgem, estrategicamente, como um instrumento de desenvolvimento económico, levando sucessivas vagas de colonos a instalarem-se em terras a eles doadas – estímulo à fixação levado a cabo pela coroa.

Uma das primeiras medidas económicas, que se implementou nas ilhas conhecidas até 1439, foi o lançamento de gado. Relativamente às experiências agrícolas iniciais, estas pautavam-se pela criação de víveres, o que levou também à produção cerealífera, modelo geralmente utilizado pela metrópole tendo em vista o aproveitamento da terra.

Por outro lado, os Açores tornaram-se também num importante produtor de trigo, que acabou por ser utilizado na satisfação das necessidades dos ilhéus, passando desta forma a desempenhar o papel de celeiro da metrópole, de Marrocos e da Madeira.

Paralelamente à transformação de espaços para ensaio agrícola, como o caso da cultura das arroteias, incentivada pela promotora fertilidade dos solos vulcânicos, e da referida relevância do trigo (séculos XV e XVI), junta-se ainda o pastel (séculos XV e XVI), muito utilizado nas indústrias têxteis do Norte da Europa.

Nesta fase, a estrutura básica da economia açoriana baseava-se quer na garantia da autossustentação (diferenciação produtiva e promoção do comércio insular), quer na satisfação das carências externas (restante território), que muito influenciaram o predomínio de determinadas culturas.

Relativamente ao Pico, o quadro económico desde cedo se tornou peculiar: em primeiro lugar, porque a conjuntura açoriana estava direcionada para as produções cerealífera e tintureira e os *lajidos* da ilha impossibilitaram-na de adquirir uma projeção nesse sentido; em segundo lugar, as suas relevantes aptidões vinícolas não tinham ainda eco insular e internacional, o que influenciou negativamente a sua projeção no contexto económico.

Em meados do século XVII, o declínio da cultura do pastel e do monopólio ibérico do Ultramar, este último devido à expansão das potências do Norte da Europa, são fatores que muito influenciaram a economia açoriana, levando os Açores a esboçarem um novo quadro económico, tendo em vista a busca do substituto desta planta e a diversificação de culturas que pudessem ter uma maior solicitação no mercado externo. É neste sentido que, para além da produção do trigo, surge a introdução do milho, do linho, da laranja, de leguminosas e ainda do vinho.

Aos poucos, no xadrez das relações internacionais, surge um novo pólo, constituído pelas ilhas do Faial-Pico, para além do já existente (São Miguel-Terceira). Face a isto, a

ilha do Pico começa a dar os primeiros passos na exportação do seu aguardente para a colónia sul-americana, assumindo-se relevantemente na nova feição económica do arquipélago, apesar da insuficiência da ilha ter permanecido e se agravado devido ao aumento da população e às crises agrícolas do século XVIII. Por outro lado, a quantidade e a qualidade do vinho do Pico conferiam à sua economia uma internacionalização, e isto apesar de estar dependente do porto da Horta, uma vez que superavam em muito a produção vinícola das restantes parcelas insulares.

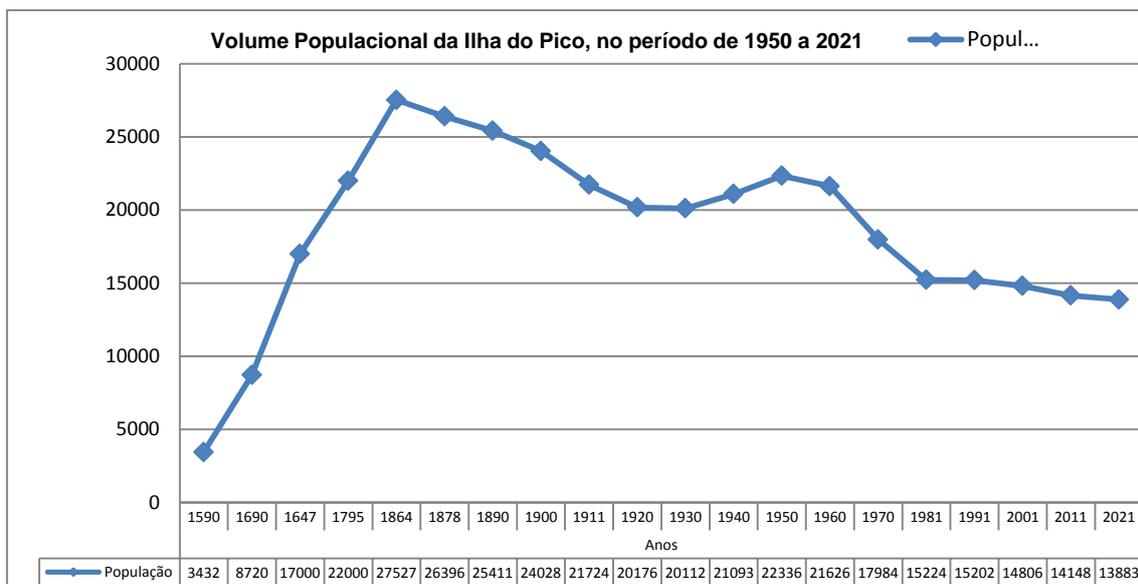
Outros bens foram igualmente produzidos e comercializados até ao século XVIII, como o gado, a madeira, matéria abundante na ilha, a fruta, bens muito comercializados na ilha do Faial (entre outras), devido ao estratégico *canal* Madalena-Horta, para além do peixe, embora esta fonte de riqueza se tenha assumido como subsidiária (secundária).

No quadro económico do século XIX e XX, realça-se no arquipélago, em especial na ilha do Pico, a instalação e projeção do complexo socioeconómico ligado à pesca da baleia (cachalote), ocupação piscatória (parcial), que decorreu da influência das embarcações inglesas e americanas que pescavam, nos mares de todo o mundo, este animal marinho.

Mais tarde, já no século XX, aparecia a pesca do atum, atividade que fez com que se instalassem na ilha várias fábricas conserveiras, como a Cofaco (Madalena) e a Tunapesca (São Roque), atualmente desativadas. A criação de gado (lavoura) continua a ser para a ilha uma importante atividade económica, embora esteja, cada vez mais, nas mãos de um menor número de agricultores e muito dependente dos fundos comunitários. Por outro lado, a construção civil cresceu significativamente, devido à Reconstrução decorrente do sismo de 1998 (Faial e Pico), processo que teve consequências não só económicas (aumento do custo da mão de obra), mas também sociais (chegada de imigrantes). Esta área mantém-se atual, assistindo-se também ao desenvolvimento do turismo e de atividades económicas associadas.

4.1.2. Composição Social

4.1.2.1. Demografia



Segundo o quadro, pode-se observar que a linha evolutiva indica um crescimento populacional mais acentuado a partir de 1960, prolongando-se intensivamente até cerca de 1864, com 27.527 habitantes. A partir deste período, nota-se uma tendência decrescente menos acentuada, que se estabilizou na década de vinte do século XX (20.176 / 20.112 habitantes), aumentando de seguida até 1950 (22.336 habitantes), período em que começa novamente a decrescer, mas mais acentuadamente, até 1981 (15.224 habitantes). Desta última data à atualidade, os valores da população picoense têm-se mostrado estáveis, embora decrescentes.

4.1.2.2. Emigração

Relativamente à emigração, as populações do Pico estiveram sempre abertas a este projeto de vida, motivado, em primeiro lugar, pela necessidade de domínio da monarquia portuguesa, através da fixação de colonos em várias partes do mundo (ex: Brasil, 1740), e, em segundo lugar, pela ameaça das erupções vulcânicas, pelo excesso populacional, pelas crises alimentares (condições económicas desfavoráveis) e, por fim, pelo espírito aventureiro dos insulares, aspeto este considerado mais psicológico (séculos XV-XX).

Todavia, se conjugarmos a variável *emigração* com a *demográfica*, constata-se que os períodos em que a população decresceu são aqueles onde se verifica um aumento paralelo dos fluxos migratórios para o exterior (ex: Estados Unidos da América, 1950), o mesmo acontecendo inversamente, ou nalguns casos uma diminuição da Taxa de Crescimento Natural.

4.1.2.3. Estrutura Social

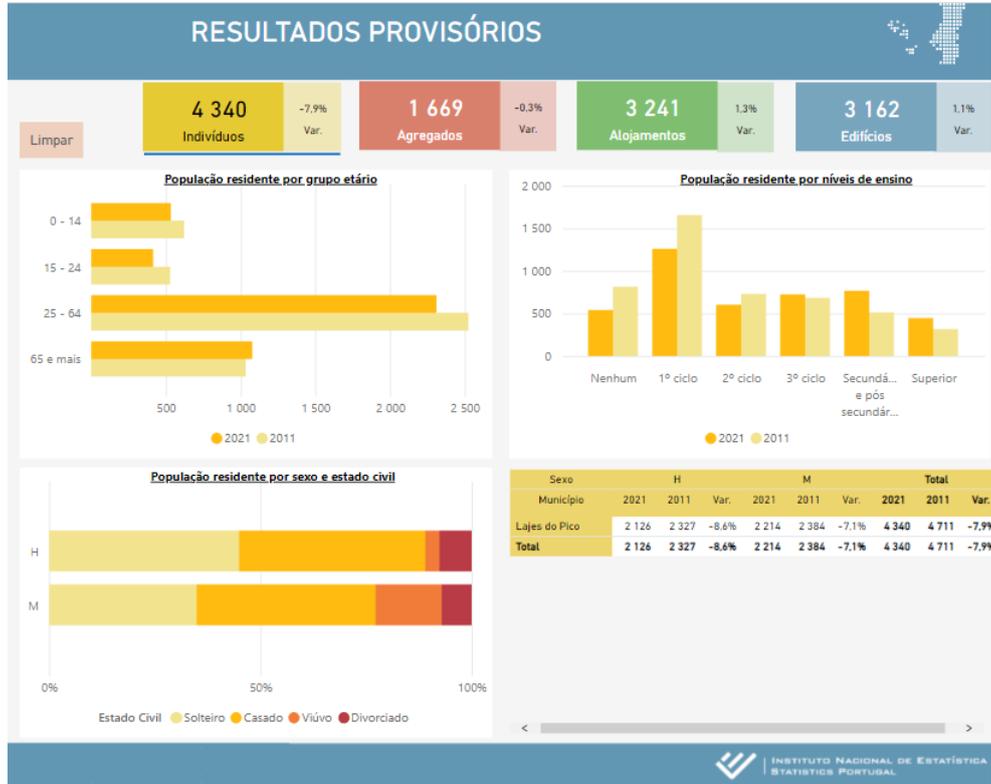
O tecido social picoense foi, desde sempre, o prolongamento da estrutura social do território português, ou seja, é uma imagem local que tem vindo a reproduzir o modelo social global. Apesar disso, este entendimento tem que ser compreendido com base na ruralidade e no mundo agrícola, características intrínsecas do meio insular (embora não sejam as únicas), e no desenvolvimento económico do arquipélago, ao longo dos tempos, processo histórico que nos permite distinguir um núcleo, dominante e hierarquizado aos níveis político-económico-cultural, constituído pelas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial.

Assim, o Pico dos séculos XVI a XVIII reproduz a hierarquia social da época, com a existência dos privilegiados (Clero e Nobreza) e dos não privilegiados (Povo). Nos séculos que se seguiram, as transformações políticas, aliadas ao desenvolvimento económico, que se foi assumindo a uma escala cada vez mais global (mundial), contribuíram para a construção de uma sociedade liberal e para o aparecimento de *novos setores* de atividade (económicos), que viriam a fazer aparecer outros desempenhos/ trabalhos/ funções/ocupações sociais e, desta forma, também formas diferentes de realização, promoção e projeção social (*status*), que por sua vez permitem reposicionar o indivíduo no contexto social onde está inserido.

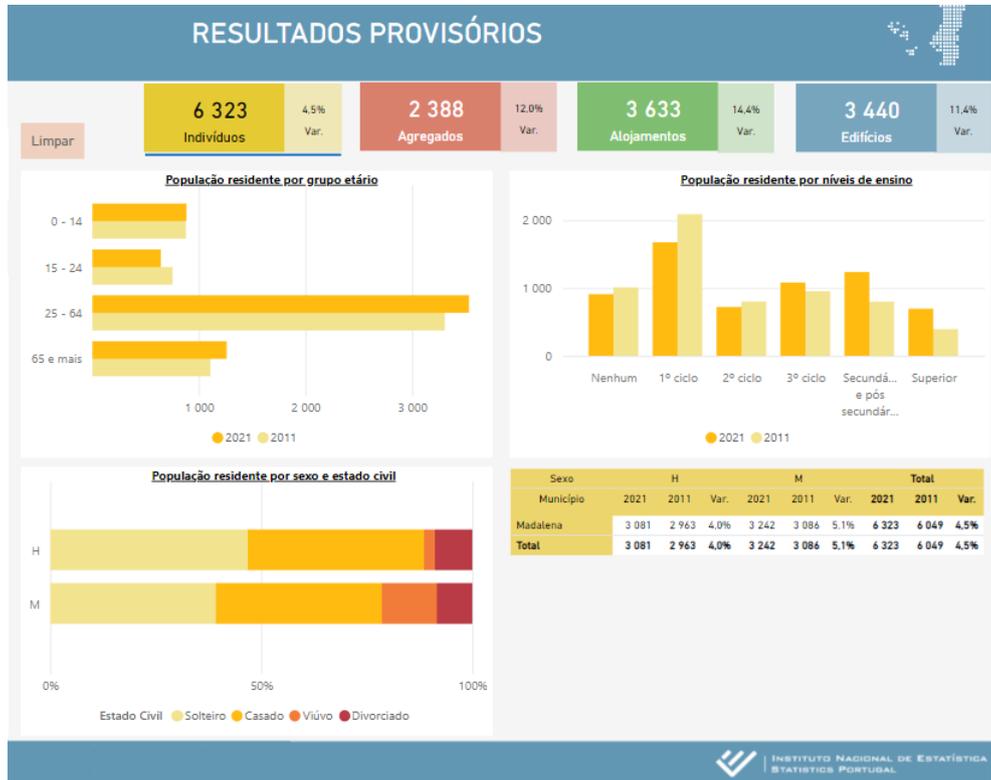
4.2. Atualidades

4.2.1. Caracterização dos Concelhos, através dos Censos 2021 (INE)

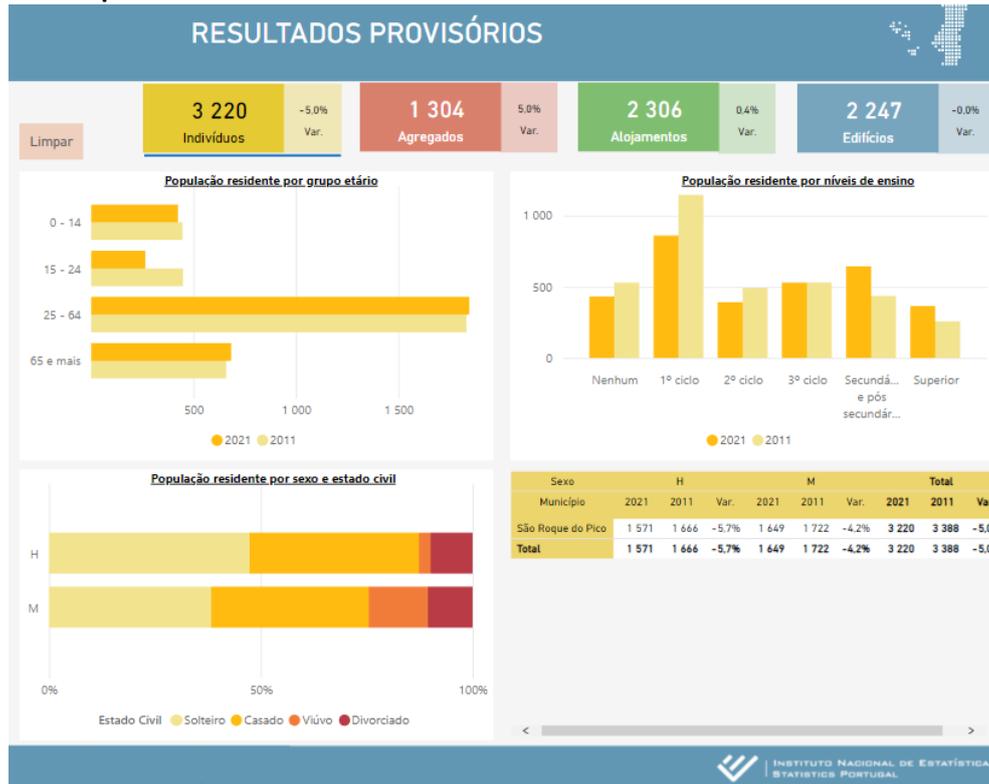
Lajes do Pico



Madalena do Pico



São Roque do Pico



5. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

5.1. Caracterização do Espaço Físico / Instalações



Instalações da Escola Profissional do Pico

A Escola Profissional do Pico, situada no centro da vila da Madalena do Pico, funciona nas instalações do antigo Externato Particular da Madalena, tendo o edifício que serviu de antigo ginásio sido alvo de obras de requalificação no ano de 2014.

PISO 0 (219,04 m²)

- 2 Salas de aula normais (77,04 m²);
- Instalações sanitárias homens (22 m²);
- Instalações sanitárias senhoras (22 m²);
- Gabinete do TIOP – Técnico de Inserção e Orientação Profissional (32 m²);
- Sala de Direção (23,46 m²);
- Sala de Formadores (30 m²);
- Arrecadações (12,54 m²).

PISO 1 (404,06 m²)

- 2 Salas de Informática (78,8 m²);
- 1 Oficina de Eletricidade e Eletrónica/Mecânica (90 m²);
- 1 Arquivo (44,08 m²);
- 5 Salas de aula normais (191,18 m²).

PISO 2

- 3 Salas de aula normais (120 m²).

EDIFÍCIO II (REQUALIFICADO)

PISO 1

- Hall/Receção (47 m²);
- 4 salas de aula normais (duas com 40 m² cada, e duas com 39 m² cada).

PISO 0/CAVE

- Reprografia e Arrumo (17 m²);
- Sala de Direção (17 m²);
- Secretaria (21 m²);
- Instalações Sanitárias – Homens/Senhoras/Deficientes (18 m²);

- Cozinha/Copa/Balneários/Instalações Sanitárias (35 m²);
- Bar e Atendimento (26 m²);
- Sala de Refeições (130 m²).

ANEXOS (1.115 m²)

- Biblioteca (35 m²);
- Campo de Jogos/Jardim (800 m²);

Apesar de já se ter colmatado algumas das carências/deficiências nas instalações onde funciona a Escola Profissional do Pico, principalmente em consequência das últimas obras de requalificação de um dos edifícios, ainda subsiste alguma falta de espaços específicos, bem como de intervenções de melhoramento nas restantes instalações:

- Inexistência de oficinas e laboratórios adequados às várias áreas de formação a oferecer;
- Insuficiência de sala de convívio de formandos, associação de estudantes e associação de pais;
- Insuficiência de arquivos;
- Inexistência de um anfiteatro;
- Inexistência de instalações desportivas;
- Inadequação de espaço de trabalho e convívio dos formadores.

5.2. Recursos Materiais

Em termos de recursos pedagógicos utilizados na formação, a escola conta com:

- Calculadoras Científicas – 17
- Quadro de Conferencia – 1
- Calculadoras Gráficas – 11
- Câmara de Filmar Digital – 1
- Scanner – 2
- Computadores – 50
- Tela de Projeção – 1
- Computadores Portátil – 4
- Tripés – 1
- DVD – 1
- Encadernadora – 1
- Visualizer – 1
- Fotocopiadoras – 2
- Multifunções – 5
- Mesa de som - 1
- Guilhotina – 1
- Impressoras – 5
- Vídeo Projetores (Data-Show) – 7
- Televisores – 1
- Viatura de coletivos (9 Lugares) – 1
- Software escolar (Windows 7 e 10, Office 2010 e 2016).

5.3. Áreas de Formação

Cursos em Funcionamento

CURSOS	NÍVEL	TURMAS	ANOS	F	M	TOTAL FORMANDOS
Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade	4/Equiv. 12.º Ano	1	3.º	11	1	12
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	4/Equiv. 12.º Ano	1	3.º	2	10	12
Técnico de Apoio Psicossocial	4/Equiv. 12.º Ano	1	2.º	18	2	20
Técnico de Informática - Sistemas	4/Equiv. 12.º Ano	1	2.º	1	9	10
Técnico de Ação Educativa	4/Equiv. 12.º Ano	1	1.º	17	2	19
Técnico de Instalações Elétricas	4/Equiv. 12.º Ano	1	1.º	1	21	22

Cursos Concluídos

CURSOS	NÍVEL	TURMAS	ANO DE CONCLUSÃO	TOTAL FORMANDOS
Técnico de Hotelaria e Restauração-Organização e Controlo	3/Equiv. 12.º Ano	1	2002	5
Técnico de Informática de Gestão	3/Equiv. 12.º Ano	1	2002	18
Técnico de Instalações Elétricas	3/Equiv. 12.º Ano	1	2003	10
Técnico de Desenhador Projetista	3/Equiv. 12.º Ano	1	2003	9
Reparador de Carroçarias e Pintura Auto	2/Equiv. 9.º Ano	1	2003	4
Técnico de Contabilidade	3/Equiv. 12.º Ano	1	2003	10
Técnico de Informática-Manutenção de Equipamentos	3/Equiv. 12.º Ano	1	2004	13
Técnico de Multimédia	3/Equiv. 12.º Ano	1	2004	18
Técnico de Auxiliar de Infância	3/Equiv. 12.º Ano	2	2004	30
Técnico de Banca e Seguros	3/Equiv. 12.º Ano	1	2005	20
Técnico de Turismo-Profissionais de Informação e Animação Turística	3/Equiv. 12.º Ano	1	2005	17
Técnico de Construção Civil	3/Equiv. 12.º Ano	1	2005	15
Técnico de Instalações Elétricas	3/Equiv. 12.º Ano	1	2005	12
Assistente de Gestão	3/Equiv. 12.º Ano	1	2006	18
Técnico de Comunicação-Marketing, Relações Públicas e Publicidade	3/Equiv. 12.º Ano	1	2006	9
Operador de Construção Civil-Carpintaria	2/Equiv. 9.º Ano	1	2006	6
Operador Hortoflorícola	2/Equiv. 9.º Ano	1	2007	10
Técnico de Informática Aplicada	3/Equiv. 12.º Ano	1	2007	18
Técnico de Mecânica-Frio e Climatização	3/Equiv. 12.º Ano	1	2007	16
Técnico de Gestão do Ambiente	3/Equiv. 12.º Ano	1	2007	15
Técnico de Hotelaria e Restauração-Organização e Controlo	3/Equiv. 12.º Ano	1	2007	16
Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	3/Equiv. 12.º Ano	1	2008	16
Técnico de Turismo Ambiental e Rural	3/Equiv. 12.º Ano	1	2008	14
Técnico de Eletrónica-Áudio, Vídeo e TV	3/Equiv. 12.º Ano	1	2008	11
Animador Sociocultural-Assistente de Geriatria	3/Equiv. 12.º Ano	1	2008	18
Técnico de Marketing	3/Equiv. 12.º Ano	1	2009	12
Técnico de Eletrónica-Automação e Computadores	3/Equiv. 12.º Ano	1	2009	7
Técnico de Construção Civil-Condução de Obra (Variante Edifícios)	3/Equiv. 12.º Ano	1	2009	14
Técnico de Informática de Gestão	3/Equiv. 12.º Ano	1	2010	13
Técnico de Secretariado	3/Equiv. 12.º Ano	1	2010	17
Técnico de Receção	3/Equiv. 12.º Ano	1	2010	12
Técnico de Turismo	3/Equiv. 12.º Ano	1	2010	8
Técnico de Contabilidade	4/Equiv. 12.º Ano	1	2011	13
Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	4/Equiv. 12.º Ano	1	2011	14
Técnico de Instalações Elétricas	4/Equiv. 12.º Ano	1	2011	8
Técnico de Restauração-Restaurante-Bar	4/Equiv. 12.º Ano	1	2011	10
Serviço de Mesa	2/Equiv. 9.º Ano	1	2011	9
Técnico de Frio e Climatização	4/Equiv. 12.º Ano	1	2012	9
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	4/Equiv. 12.º Ano	1	2012	16
Técnico de Vendas	4/Equiv. 12.º Ano	1	2012	13
Animador Sociocultural	4/Equiv. 12.º Ano	1	2013	9
Técnico de Construção Civil-Desenho	4/Equiv. 12.º Ano	1	2013	12
Técnico de Mecatrónica Automóvel	4/Equiv. 12.º Ano	1	2013	11
Técnico de Turismo Ambiental e Rural	4/Equiv. 12.º Ano	1	2013	13
Empregado de Mesa	2/Equiv. 9.º Ano	1	2013	10
Empregado de Mesa	Reativar 9.º Ano	1	2013	10
Técnico de Eletrónica-Automação e Computadores	4/Equiv. 12.º Ano	1	2014	5
Técnico de Energias Renováveis-Sistemas Solares	4/Equiv. 12.º Ano	1	2014	17
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	4/Equiv. 12.º Ano	1	2014	13
Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente	4/Equiv. 12.º Ano	1	2014	11
Técnico de Receção	4/Equiv. 12.º Ano	1	2014	11
Operador Agrícola	2/Equiv. 9.º Ano	1	2014	6
Empregado Comercial	Reativar	1	2013	11
Escolar	Reativar 9.º Ano	1	2014	13

Escolar	Reativar 12.º Ano	1	2014	20
Gestão de Equipamentos Informáticos	4/Equiv. 12.º Ano	1	2015	14
Viticultura e Enologia	4/Equiv. 12.º Ano	1	2015	16
Escolar (Lajes)	Reativar 9.º Ano	1	2015	16
Escolar (Madalena)	Reativar 9.º Ano	1	2015	13
Instalações Elétricas	4/Equiv. 12.º Ano	1	2016	12
Turismo	4/Equiv. 12.º Ano	1	2016	12
Rececionista de Hotel	Reativar 12.º Ano	1	2016	13
Escolar	Reativar 9.º Ano	1	2016	14
Apoio à Gestão Desportiva	4/Equiv. 12.º Ano	1	2017	14
Turismo Ambiental e Rural	4/Equiv. 12.º Ano	1	2017	16
Auxiliar de Saúde	Reativar 12.º Ano	1	2017	17
Restaurante-Bar	Reativar 12.º Ano	1	2017	11
Escolar (Madalena)	Reativar 9.º Ano	1	2017	6
Comércio	4/Equiv. 12.º Ano	1	2018	16
Viticultura e Enologia	4/Equiv. 12.º Ano	1	2018	8
Informação e Animação Turística	Reativar 12.º Ano	1	2018	11
Informática de Gestão	4/Equiv. 12.º Ano	1	2019	13
Receção	4/Equiv. 12.º Ano	1	2019	6
Transformação de Pescado	Tecnológico	1	2019	2
Restaurante-Bar	Reativar 9.º Ano	1	2019	4
Especialista em Turismo de Ar Livre	5 (CET)	1	2019	8
Apoio Psicossocial	4/Equiv. 12.º Ano	1	2020	2
Gestão de Equipamentos Informáticos	4/Equiv. 12.º Ano	1	2020	8
Escolar	Reativar 12.º Ano	1	2020	3
Especialista em Turismo de Ar Livre	5 (CET)	1	2020	7
Informação e Animação Turística	4/Equiv. 12.º Ano	1	2021	5
Restaurante-Bar	4/Equiv. 12.º Ano	1	2021	3
Especialista em Turismo de Natureza e Aventura	5 (CET)	1	2021	7
Auxiliar de Saúde	4/Equiv. 12.º Ano	1	2022	4
Informática de Gestão	4/Equiv. 12.º Ano	1	2022	8

5.4. Desenvolvimento Curricular

Os planos curriculares dos cursos de nível 4 compõem-se por diversas disciplinas agrupadas em três áreas de formação:

- Área sociocultural;
- Área científica;
- Área técnica, tecnológica e prática.

Os cursos têm a duração de três anos letivos, num total médio de 3.200 horas.

As disciplinas estão organizadas segundo uma estrutura modular, adequando-se a esta a metodologia de ensino-aprendizagem. Os módulos são unidades de aprendizagem autónomas integradas num todo coeso, que permitem a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências e atitudes, através de experiência de atividades de aprendizagem que têm em conta a diversidade de ritmos dos formandos; os módulos complementam-se e interligam-se construindo um todo cuja estrutura inteira permite sequências alternativas de aprendizagem.

5.5. Avaliação

O processo de avaliação, de acordo com a metodologia modular, deve ser contínuo, flexível e formativo. A avaliação deve constituir um dos elementos da relação pedagógica possibilitando o desenvolvimento das capacidades dos formandos e respeitando a diversidade de ritmos de aprendizagem.

Distinguimos duas modalidades de avaliação:

- Avaliação formativa, presente ao longo do processo ensino-aprendizagem, assumindo as diversas facetas da relação pedagógica com os formandos (avaliação de

diagnóstico, avaliação contínua, trabalho individualizado, adaptação de estratégias de aprendizagem, etc.);

- Avaliação sumativa, realizada de módulo a módulo, e formalizada na escala de 0 a 20 valores. Esta avaliação é afixada em pauta sempre que os formandos tenham atingido classificação positiva, permitindo-lhes aprovação nos módulos. No processo de avaliação os formadores deverão obedecer às seguintes condições:
- Explicitar com clareza os objetivos a atingir em cada módulo;
- Definir os saberes que constituem pré-requisitos para cada módulo;
- Explicitar os momentos e métodos de avaliação de cada módulo, assim como os respetivos critérios;
- Preencher as pautas internas, conferir e assinar os termos.

5.6. Prova de Aptidão Profissional (PAP)

O sistema de avaliação dos cursos das Escolas Profissionais culmina obrigatoriamente pela prestação de uma Prova Final de Aptidão Profissional, que deve possuir uma natureza de projeto transdisciplinar integrador de todos os saberes e capacidades desenvolvidas ao longo da formação.

Tendo como base a Portaria n.º 235-A/2018 de 23 de agosto (cursos iniciados em 2018/2019) e a Parte II (Prova de Aptidão Profissional) do Capítulo VI (Da Avaliação) do Regulamento Interno da Escola Profissional do Pico, elaborou-se um regulamento geral da PAP, que é dado a conhecer aos formandos, pelos respetivos Diretores de Curso, no início de cada curso. No começo da realização do projeto, geralmente quando iniciam o 3.º ano, após reuniões que envolvem os formandos e o Diretor de Curso estabelece-se uma matriz da PAP (Anteprojecto) onde se definem os objetivos, critérios de avaliação e a natureza dos trabalhos, adaptando-os às especificidades dos cursos. Em qualquer dos casos a PAP exige uma apresentação e discussão perante um júri constituído pelos elementos previstos na já referida Portaria, que decorre no final do 3º ano, após os módulos que compõem o plano curricular estarem todos concluídos.

5.7. Processo de Inserção Profissional

Na nossa sociedade contemporânea, a instituição “escola profissional” tem sido um grande catalisador de inserção profissional, para além da tradicional formação em contexto de aula.

Na Escola Profissional do Pico (EPP), o plano de inserção, em sentido lato, abrange o ensino propriamente dito, mas também todo um trabalho metodológico que contempla a seleção de cursos, a seleção de candidatos e orientação profissional, a formação em contexto de trabalho e a orientação e inserção profissionais.

5.7.1. Seleção de Cursos

A seleção de cursos a anunciar como oferta formativa para cada biénio (Nível 5) ou triénio (Nível 4) é proposta em Conselho Executivo, aprovada em Conselho Consultivo e apresentada à Direção Regional da Educação, que por sua vez solicita um parecer à Direção Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Posto isto, inicia-se o processo de candidatura financeira.

No processo de tomada de decisão, são tidas em atenção, numa primeira análise, as Prioridades do Ensino Profissional (DRJQPE) e, numa segunda análise, o trabalho de

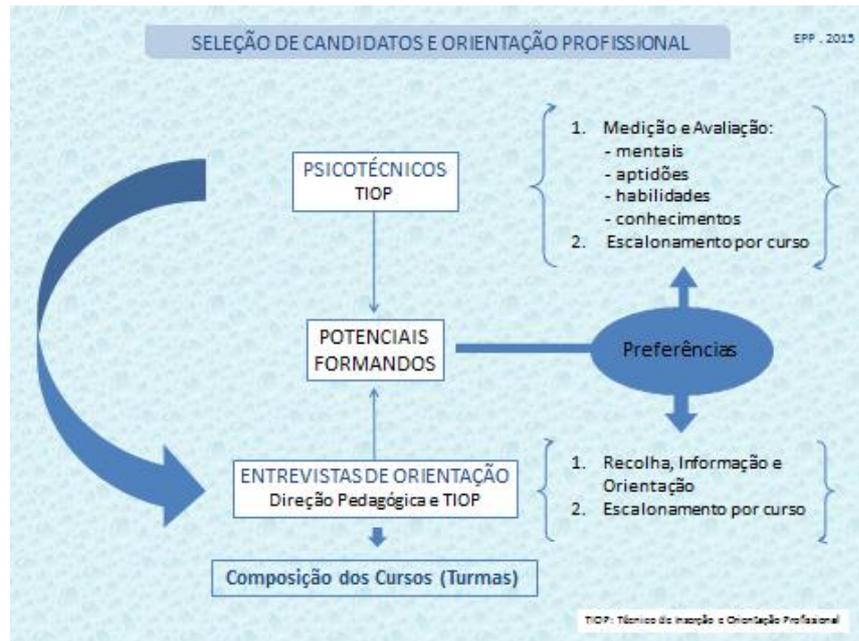
auscultação desenvolvido pela Escola Profissional do Pico (Técnico de Inserção e Orientação Profissional), entre outubro e dezembro de cada ano, tanto no plano externo (mercado, candidatos, empregabilidade), como no plano interno (formadores).



5.7.2. Seleção de Candidatos e Orientação Profissional

A seleção de candidatos e a orientação vocacional/profissional abrangem duas fases: os psicotécnicos (1.ª) e as entrevistas de orientação (2.ª), permitindo a composição dos vários cursos que integram a oferta formativa de cada ano, através de um processo de informação e negociação com os próprios interessados.

Muito embora ambas as metodologias permitam o escalonamento dos candidatos por curso, os psicotécnicos apenas fazem medição e avaliação, enquanto as entrevistas permitem não só a orientação profissional, de acordo com o perfil profissional de curso, mas também uma apresentação da escola e das especificidades do ensino profissional, inclusive os respetivos apoios. Na orientação profissional, o historial do candidato também é relevante.



Neste processo de seleção dos candidatos, pretende-se igualmente garantir a igualdade do género e o acesso a pessoas que apresentem diversas vulnerabilidades.

5.7.3. Formação em Contexto de Trabalho (2.º e 3.º Anos)

A Formação em Contexto de Trabalho (estágios curriculares), na área de curso (Nível 4), engloba as seguintes etapas: planeamento geral; auscultação dos formandos; seleção e contacto de empresas/instituições; e colocação, supervisão e acompanhamento.

Este tipo de formação tem como principais objetivos reforçar/melhorar as aptidões e competências dos formandos, promovendo e facilitando a capacidade de inserção profissional; aumentar a capacidade de adaptação dos formandos, sobretudo para acompanhar a evolução tecnológica e organizacional; promover e reforçar o processo de inovação dos formandos, tendo em vista a criação de novas possibilidades de emprego, assim como o reforço da competitividade e do espírito empresarial, tanto no presente como no futuro.

No planeamento geral, a equipa técnica, constituída pela Direção Pedagógica, pelos Orientadores de Estágio (Diretores de Curso) e pelo Técnico de Inserção e Orientação Profissional (TIOP), fazem uma avaliação dos estágios anteriores, divulgam os documentos a novos elementos, organizam o trabalho de equipa e apresentam a calendarização.

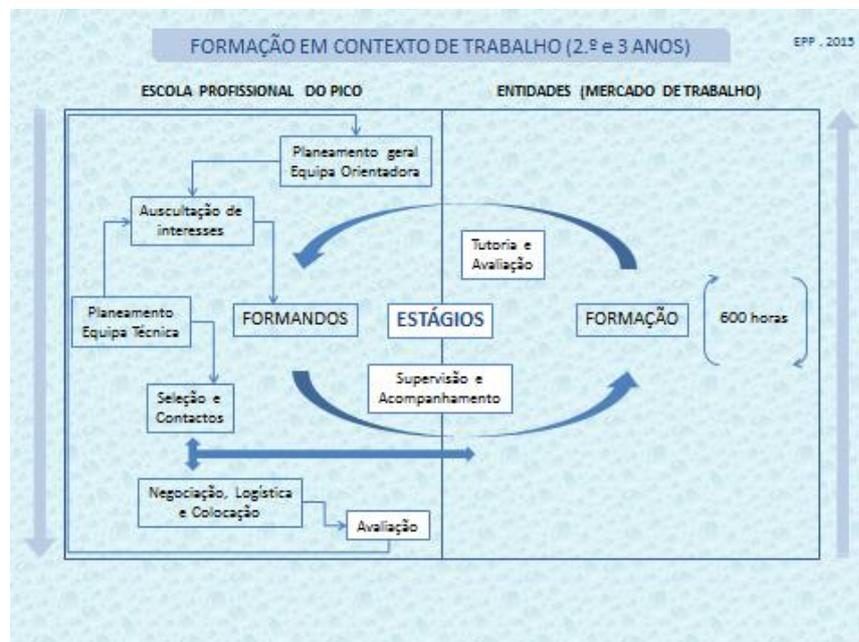
A auscultação dos formandos é feita em documento próprio e permite conhecer as entidades em que gostariam de estagiar e as tarefas que desejariam realizar, podendo apresentar sugestões e expectativas em relação à secção de inserção e orientação profissional.

A seleção e os contactos das entidades são organizados por uma equipa técnica, constituída pelo Orientador de Estágio, pelo TIOP e pelos formadores da componente prática. Na ordem de trabalhos, é fundamental fazer convergir as aspirações dos formandos-estagiários com os critérios de seleção a que estão sujeitas as entidades.

recetoras, sendo estes a correlação direta com a área de curso; a capacidade de adequar o estágio aos objetivos e perfil de curso; a capacidade de aplicar, desenvolver e transmitir conhecimentos teórico-práticos e competências inerentes ao curso; a utilização de métodos e técnicas adequados; a qualidade de execução das tarefas inerentes ao processo de aprendizagem; as condições materiais e espaço adequado; a disponibilidade tutora, tendo em vista o controlo da assiduidade e pontualidade; o aconselhamento de aspetos relacionados com a atitude, cooperação e inter-relacionamento; o planeamento das tarefas e o acompanhamento dos estagiários; ser potencial empregador (inserção profissional).

A supervisão e o acompanhamento são da responsabilidade do Orientador de Estágio e do TIOP, deslocando-se à entidade no início e no fim da formação e mantendo contactos telefónicos com os estagiários e com o tutor (obrigatório evidências). Outros contactos serão mantidos sempre que houver necessidade.

No final da formação em contexto de trabalho, cada estagiário produz um relatório, sendo avaliado pelo tutor e pelo Orientador de Estágio, em documentos próprios.



5.7.4. Orientação e Inserção Profissional

O trabalho relacionado com a orientação e inserção profissional está à responsabilidade do Técnico de Inserção e Orientação Profissional (TIOP), sendo direcionado tanto para os formandos (3.º ano), como para todos os diplomados ou formandos pós-formação, independentemente da sua situação no contexto de trabalho.

O contacto com os formandos dos cursos do 3.º ano é realizado a qualquer momento do ano letivo, embora sejam organizadas sessões a ter lugar nas aulas de Direção de Curso, com programa e evidências. Nestas sessões, apresenta-se o Manual de Inserção e Orientação Profissional (EPP); explica-se o currículo de vida, os anúncios, as cartas de apresentação e de candidatura, a entrevista; dão-se a conhecer os CET's, o Ensino Superior e os Programas Estagiar T e Eurodisseia; faz-se a atualização de dados pessoais.

O contacto com os diplomados e com as entidades (empresas e instituições) é geralmente realizado por telefone e correio eletrónico, ou presencialmente, permitindo dar um apoio a ambas as partes, em termos de informação, logística e relacionamento (obrigatório evidências).

De acordo com os inquéritos realizados, salvo pequenas variações, 80% dos diplomados/formandos pós-formação encontram-se empregados, estando 45% a trabalhar na área do seu curso de formação.



5.8. Apoios / Subsídios

Constitui um direito dos formandos da Escola Profissional do Pico, à semelhança dos demais que frequentam o ensino profissional na região, de acordo com a legislação em vigor e com as regulamentações do FSE, a atribuição dos seguintes apoios:

➤ Subsídio de Alimentação

- Formandos residentes – 1 subsídio de alimentação por dia de aulas, desde que se registem pelo menos 3 horas letivas,
- Formandos deslocados – 2 subsídios de alimentação por dia de aulas, desde que se registem pelo menos 3 horas letivas;
- Formandos em contexto de trabalho (Estágio) – 1 subsídio de alimentação por dia de presença no estágio.

➤ Subsídio de transporte – valor do bilhete do transporte público coletivo:

- Formandos que tenham a sua residência a mais de 3 km da escola e a menos de 30 km da mesma, desde que registem presença na escola.
- Formandos em contexto de trabalho que utilizem os transportes públicos para se deslocarem até ao local de estágio, desde que registem presença no local de estágio.
- No caso de não ser possível a utilização de transporte coletivo, será elegível um subsídio de transporte até ao limite máximo mensal de 12,5% do valor do RMMG-RAA (remuneração mensal garantida), sempre que o formando não aufera de subsídio de alojamento.

- Subsídio de Alojamento:
 - Formandos que residem a mais de 30 km da escola;
 - Formandos deslocados de outras ilhas;
 - Casos de manifesta impossibilidade de deslocação diária entre a residência habitual e a escola.

- Beneficiar de seguro escolar.

5.9. Caracterização Organizacional e Administrativa

A Associação para o Desenvolvimento Local da Ilha do Pico, tendo como associados o Município da Madalena do Pico e a Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico, nos termos das respetivas disposições estatutárias e de acordo com o então disposto no Decreto-Lei n.º 4/98 de 8 de janeiro, revogado pelo Decreto-Lei nº 92/2014 de 20 de junho, é a entidade promotora/proprietária da Escola Profissional do Pico, dando resposta a carências na área da formação profissional e profissionalizante.

A Escola Profissional do Pico rege-se pelas normas do direito privado aplicáveis, goza de autonomia científica, tecnológica, pedagógica, administrativa e financeira, sujeita à tutela científica, pedagógica e funcional da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

A estrutura orgânica da Escola Profissional do Pico compreende os seguintes órgãos:

- Assembleia Geral da ADLIP;
- Conselho Executivo da ADLIP;
- Conselho Fiscal da ADLIP;
- Direção da Escola;
- Conselho Pedagógico;
- Conselho Consultivo.

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados fundadores e efetivos no pleno gozo dos seus direitos sociais e é dirigida por uma mesa composta por um presidente e secretários. O presidente da mesa é, obrigatoriamente, um dos associados fundadores, salvo se algum deixar de fazer parte da ADLIP. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer membro da mesa, compete à Assembleia Geral designar o substituto, de entre os associados presentes à sessão.

A Assembleia Geral pode deliberar sobre todos os assuntos submetidos à sua apreciação, competindo-lhe nomeadamente eleger ou destituir os membros da Assembleia, do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal; apreciar e votar anualmente o relatório, balanço e contas do Conselho Executivo, bem como o parecer do Conselho Fiscal; apreciar e votar os programas anuais e plurianuais de atividades e o orçamento anual para o ano seguinte e suplementar, se for caso disso; deliberar sobre a admissão, suspensão e exclusão dos associados; conceder a qualidade de associado honorário; deliberar sobre a criação de delegações ou outras formas de representação da ADLIP; apreciar e deliberar sobre recursos dos atos do Conselho Executivo; apreciar e alterar os Estatutos e os diversos regulamentos internos; exercer os demais poderes conferidos por lei e pelos Estatutos ou outros que não sejam da competência exclusiva dos outros órgãos e autorizar o Conselho Executivo a alterar, onerar ou permutar bens imóveis.

O Conselho Executivo é constituído pelos representantes da ADLIP (Associação de Desenvolvimento Local da Ilha do Pico), entidade proprietária da Escola Profissional do Pico.

A Direção da Escola Profissional é constituída pelo Diretor Técnico-Pedagógico e pelo Diretor Administrativo e Financeiro. O diretor pedagógico tem as funções de presidir ao Conselho Pedagógico; presidir às reuniões de avaliação das Provas de Aptidão Profissional; organizar e promover os cursos e demais atividades de formação e certificar os conhecimentos adquiridos; conceber e formular, sob orientação da entidade proprietária, o Projeto Educativo da Escola Profissional do Pico, adotar os métodos necessários à sua realização, assegurar e controlar a avaliação de conhecimentos dos alunos e realizar práticas de inovação pedagógica; representar a ADLIP – Escola Profissional do Pico, junto da Direção Regional da Educação e da Direção Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego em todas as matérias de natureza pedagógica; planificar e monitorizar as atividades curriculares; coordenar e supervisionar o planeamento, execução e avaliação da formação; coordenar as questões pedagógicas inerentes e decorrentes do processo formativo, bem como as relacionadas com a Formação em Contexto de Trabalho; acompanhar o processo de ensino (formadores) e aprendizagem (formandos); acompanhar a elaboração de conteúdos, manuais, documentação e outros materiais de suporte à formação, promovendo a atualização dos mesmos; preencher as candidaturas nos campos afetos à vertente pedagógica; promover o cumprimento dos planos e programas de estudos; promover e coordenar as reuniões com os diretores de curso, coordenadores e formadores; garantir a qualidade do ensino/formação; zelar pelo cumprimento do Regulamento Interno da Escola. Ao diretor administrativo e financeiro compete as funções de elaborar, no início de cada ano civil, o relatório de atividades, balanço e contas do exercício anterior e submetê-las à apreciação da Direção do Conselho Executivo e à aprovação do Conselho Fiscal da ADLIP; elaborar o projeto de orçamento anual em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo Conselho Executivo da ADLIP; fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira; zelar pela atualização do cadastro patrimonial; processar os apoios a atribuir aos formandos; processar os vencimentos dos formadores e outro pessoal afeto ao projeto; preencher as candidaturas nos campos afetos aos custos da operação; submeter informação em sede de reembolsos da operação; enviar documentos aquando da análise das candidaturas e reembolsos; garantir a elegibilidade dos custos inerentes à operação; aprovar os orçamentos no âmbito das Provas de Aptidão Profissional; providenciar o aprovisionamento dos materiais para as PAP e aulas práticas; exercer as demais competências, que lhe sejam legalmente cometidas; representar a ADLIP – Escola Profissional do Pico, junto da Direção Regional da Educação e da Direção Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego em todas as matérias de natureza financeira; exercer outros poderes que lhe sejam conferidos por deliberação do Conselho Executivo da ADLIP.

O Conselho Pedagógico é constituído pelos seguintes membros nomeados pelo Conselho Executivo da ADLIP: Diretor Técnico-Pedagógico que preside; Diretores de Curso da Escola; um delegado de formandos por ano e curso ministrado eleito pelos formandos; um representante do Conselho Consultivo e membro da Assembleia Geral da ADLIP, representante de Pais/Encarregados de Educação, tendo também assento no Conselho Pedagógico o Diretor Administrativo e Financeiro, mas sem direito a voto. Poderá, ainda, estar presente o Técnico de Inserção e Orientação Profissional, conforme a ordem de trabalhos do Conselho.

O Conselho Consultivo é um órgão de consulta e apoio à Direção da Escola e ao Conselho Pedagógico, dá parecer sobre a oferta formativa em cada ano letivo e é composto por, dois elementos a designar pelo Conselho Executivo da ADLIP preferencialmente pertencentes à Câmara Municipal da Madalena e à Santa Casa da Misericórdia da Madalena; duas entidades empregadoras; e dois dirigentes sindicais regionais, de entre os mais significativos nas áreas ministradas pela Escola; duas personalidades de reconhecido mérito nos domínios do ensino e da formação; um representante dos formadores da escola, outras entidades cuja atuação se inscreva nas áreas de formação da Escola.

O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois Vogais, a nomear pelo Conselho Executivo da ADLIP por um período equivalente a três anos letivos. Compete, em geral, ao Conselho Fiscal acompanhar a gestão da Escola e examinar a contabilidade sempre que o entenda necessário, elaborar parecer sobre o relatório e contas de cada exercício; resolver os conflitos que sejam submetidos pelos restantes órgãos da Escola.

5.10. População Escolar

PESSOAL NÃO DOCENTE

SECÇÃO	CATEGORIA	NOME
DIREÇÃO	Diretora Pedagógica	Maria Dores Cardoso Silva
	Diretora Administrativa e Financeira	Isabel de Jesus Medeiros Rodrigues
TÉCNICO SUPERIOR	Téc. Inserção Orientação Profissional	José Carlos Andrade Garcia
TÉCNICO SUPERIOR	Psicóloga da CMM (Colaboradora)	Marlene Sofia Macedo Silva
SECRETARIA	Chefe de Serviços	Sara Lina Marcos Rodrigues
	Assistente Administrativo III	Noémia Maria Pereira Almeida
	Assistente Administrativo III	Júlio César Neves Silveira
	Técnico de Biblioteca e Documentação I	Ana Paula Marcos Garcia Pedro
	Operadora de Reprografia III	Maria Goretti Neves Jorge Nunes
	Encarregada de Limpeza	Helena Maria R. B. Menezes
	Encarregada de Limpeza	Leslie Macedo Goulart
	Contínua	Sandra Paula Dutra Jorge
	Ajudante de cozinha	Miriam da Silva R. de Sousa
	Ajudante de cozinha	Fernanda Maria Garcia da Silveira

PESSOAL DOCENTE

AREAS DE FORMAÇÃO	REGIME CONTRATUAL			HAB. ACADÉMICA				TOTAL SEXO	
				LIC	FESUP	CES	OUT	F	M
SÓCIO CULTURAL	7			7				4	3
CIENTÍFICA	2			2				1	1
TÉCNICA E PROFISSIONAL	15			12	1	1	1	9	6

A contratação docente é da responsabilidade da Escola, obedecendo aos seguintes critérios:

- Habilitação legalmente exigida para os graus correspondentes do ensino regular (docentes da formação sociocultural e científica);
- Experiência profissional ou empresarial efetiva (docentes da formação técnica); ser detentor de Certificado de Competências Pedagógicas (CCP);
- Adequação do perfil do candidato às exigências pedagógicas e profissionais previamente definidas.

FORMANDOS

CURSOS	F	M
Técnico de Apoio Familiar e de Apoio à Comunidade	11	1
Técnico de Apoio à Gestão Desportiva	2	10
Técnico de Apoio Psicossocial	18	2
Técnico de Informática - Sistemas	1	9
Técnico de Ação Educativa	17	2
Técnico de Instalações Elétricas	1	21

A grande maioria dos formandos matriculados na Escola Profissional aspira à integração no mercado de trabalho, após a conclusão do curso, com uma pequena parte deles a prosseguir estudos (percentagem residual).

5.11. Análise SWOT

31

➤ Pontos Fortes

Nesta secção são apresentados e discutidos os principais pontos fortes da Escola Profissional do Pico. A identificação correta dos pontos fortes permite determinar as vantagens que a EPP apresenta para o mercado:

- Em atividade desde 1999, vinte anos de experiência;
- Única escola profissional na Ilha do Pico;
- Corpo docente com estabilidade nas componentes de formação Sociocultural e Científica;
- Gabinete do TIOP;
- Forte motivação para responder às solicitações do mercado (elaboração de inquéritos anuais para aferir as necessidades de mercado);
- Protocolo com a Escola Básica e Secundária da Madalena – Cardeal Costa Nunes, para utilização das instalações desportivas onde são ministradas as aulas de Educação Física;
- Inserção do módulo de Empreendedorismo na maioria dos cursos lecionados na EPP;
- Existência de um refeitório que garante pequeno-almoço e almoço;
- Existência do projeto Eco-Escola;
- Bom nível de interação com o meio envolvente, através dos protocolos de colaboração com o meio empresarial na colocação de estagiários;
- Participação em vários projetos europeus no âmbito do programa Erasmus +;
- Requalificação de um dos edifícios (antigo ginásio) da Escola Profissional do Pico, com refeitório, cozinha, instalações sanitárias, secretaria, direção e 4 novas salas de aula;

➤ Pontos Fracos

A correta identificação dos pontos fracos da organização é muito importante quando se pretende proceder a novos desenvolvimentos. Nesta secção são apresentados e discutidos os pontos fracos da Escola Profissional do Pico, em particular aqueles, que pelas implicações que podem ter merecem particular atenção:

- Um dos edifícios apresenta, ainda, muitas deficiências;
- Equipamentos técnicos para uso pedagógicos em reduzido número;
- Inexistência de Laboratórios e/ou Oficinas para aulas práticas específicas;
- Inexistência de uma especialização na área de formação;
- Total dependência de fundos comunitários;

- Instabilidade do corpo docente na componente de formação Técnica, Tecnológica e Prática;
- Pouca formação disponibilizada aos funcionários;
- Pouca formação disponibilizada aos formadores.

➤ **Oportunidades**

Da observação da envolvente e das perspetivas da sua evolução, é possível identificar aspetos que poderão demonstrar-se benéficos para a prossecução dos objetivos da EPP, se bem aproveitados:

- Existência de necessidades de formação inicial e contínua, na Ilha, devido à obrigatoriedade de formação profissional por parte das entidades empregadoras;
- Proximidade com as Ilhas do Faial e de São Jorge;
- Existência de ligações marítimas diárias com Ilha do Faial e São Jorge;
- Obrigatoriedade do 12.º ano como escolaridade mínima obrigatória;
- Necessidade de qualificar pessoal desempregado, ao nível do 9º e do 12º anos de escolaridade, através de cursos do Reativar (Escolares e de Dupla Certificação);
- Implementação de programas do Governo, nomeadamente, o Form.Açores.

➤ **Ameaças**

A par das oportunidades anteriormente referidas, existe um conjunto de fatores – ameaças – que se colocam como possíveis entraves aos objetivos de crescimento e afirmação da EPP. São de seguida apresentadas as principais ameaças identificadas:

- Necessidade de uma permanente adequação da oferta formativa às necessidades da região;
- A conotação associada ao ensino técnico profissional na ilha, promovida muitas vezes pelas escolas secundárias locais, por nos considerarem uma concorrente e não uma alternativa/opção;
- Densidade populacional reduzida;
- Tecido empresarial da ilha de reduzida dimensão, conseqüentemente poucos postos de trabalho;
- Reduzida oferta de formadores qualificados na componente de formação Técnica, Tecnológica e Prática;
- Redução drástica do número de cursos nas escolas profissionais da região devido à instabilidade financeira causada pela mudança do quadro comunitário de apoio (2014-2020) e, mais recentemente, devido às incertezas causadas pela falta de diretrizes/definições no novo quadro comunitário (2020-2030);
- Oferta de cursos profissionais por parte das escolas da rede pública.

6. PLANIFICAÇÃO E GESTÃO

6.1. Finalidades e Objetivos

Finalidades do projeto:

- a) Promover a formação integral dos jovens;
- b) Proporcionar a aquisição de conhecimentos e competências, numa articulação permanente entre o conhecimento e a prática;
- c) Promover atitudes de exigência científica e pedagógica no processo do ensino e aprendizagem;
- d) Proporcionar a aquisição de atitudes tais como, a autonomia, a auto estima, respeito mútuo, solidariedade, pontualidade e cooperação, com vista a assegurar a formação ética e moral do formando como cidadão responsável e participativo na vida comunitária;
- e) Proporcionar aos formandos a orientação escolar e profissional de forma a facultar uma opção consciente pela continuação dos estudos ou pela inserção na vida ativa;
- f) Promover o desenvolvimento da região.

Objetivos do projeto:

- a) Proporcionar uma sólida formação geral e científica;
- b) Assegurar um ensino individualizado e personalizado, adaptado à diversidade de ritmos de aprendizagem;
- c) Adequar os currículos às características dos formandos e às condições do meio;
- d) Fomentar a participação de formandos, formadores, funcionários e encarregados de educação na vida escolar, tendo em vista um melhor funcionamento da escola;
- e) Organizar atividades de complemento curricular adequadas aos recursos da escola e aos interesses dos formandos;
- f) Fomentar o desenvolvimento de projetos disciplinares/interdisciplinares ao nível de curso/ano, articulados com os conteúdos programáticos e os interesses dos formandos e formadores envolvidos;
- g) Promover e apoiar um conjunto de iniciativas que visem melhorar as condições de trabalho na escola, as relações humanas e a qualidade de funcionamento dos serviços;
- h) Facilitar a inserção da escola no contexto social e empresarial/laboral;
- i) Desenvolver experiências de aprendizagem em contexto real de trabalho;
- j) Promover hábitos de reflexão comum e estimular o espírito crítico e criativo;
- k) Organizar atividades de componente curricular que reforcem a ligação entre a escola e o meio.

6.2. Linhas de Ação do Projeto Educativo

Objetivos e Estratégias

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
1. Encarar a Comunidade Educativa como atores participantes, ativos e inclusivos em todos os processos norteadores da sua identidade e futuro.	<ul style="list-style-type: none"> • Promover e assegurar a participação de todos os agentes nos órgãos de gestão da Escola (Conselhos Pedagógico e Consultivo) e na elaboração dos documentos conducentes à ação educativa/formativa (Projeto Educativo, Regulamento Interno, Plano Anual de

	<p>Atividades);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover o diálogo, a participação e a cooperação de todos nas atividades curriculares e extracurriculares; • Delegar competências, responsabilizando e implicando todos na tomada de decisão; • Apoiar projetos inovadores de formadores e outros agentes educativos; • Apoiar projetos com características interdisciplinares.
<p>2. Assegurar o cumprimento e a avaliação do Projeto educativo, Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os seus conteúdos pela comunidade educativa; • Dinamizar e promover a sua análise, discussão e formas de aplicação; • Avaliar periodicamente o grau de cumprimento dos mesmos e proceder às necessárias reformulações/ atualizações de acordo com os normativos em vigor, elaborando relatórios críticos sectoriais e periódicos.
<p>3. Possibilitar o acompanhamento dos formandos, com vista a motivá-los para a participação ativa no processo de ensino aprendizagem, criando condições para o seu desenvolvimento integral, para bem de proporcionar o sucesso escolar/profissional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a apetrechar e dinamizar a biblioteca escolar/centro de recursos; • Diligenciar para que se crie uma sala de convívio para os alunos; • Diferenciar os materiais e métodos de ensino, de acordo com as necessidades dos formandos; • Privilegiar os modelos de ensino em que o formando tem um papel ativo na construção do seu próprio conhecimento; • Incrementar a avaliação formativa; • Continuar a assegurar a substituição de formadores; • Continuar a apoiar as atividades de complemento curricular já existentes e a criar (Parlamento dos Jovens, Eco-Escola) e continuar a incentivar o desenvolvimento de vários projetos europeus no âmbito do Programa Erasmus +; • Proporcionar o contacto dos formandos com o meio extra-escolar, nomeadamente através de visitas de estudo (ligadas inclusivamente a outras áreas do saber e da cultura), aulas exteriores, palestras e Formação em Contexto de Trabalho (estágios); • Educar para a cidadania, de acordo com os valores da solidariedade, responsabilidade e autonomia, quer através do plano curricular quer extracurricular, através da participação em projetos e iniciativas promovidas num contexto de democracia, liberdade

	<p>e igualdade de oportunidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inculzir atitudes baseadas na responsabilidade, no trabalho de equipa e na cooperação, dentro e fora do espaço de aula; • Reforçar relações entre os diversos parceiros educativos, com especial ênfase na esfera formandos/formandos e formadores/formandos; • Proporcionar aos formandos uma formação que os prepare para uma adequada aproximação aos contextos do trabalho e da vida, motivando o interesse na procura de soluções das problemáticas atuais; • Incentivar a participação social e cultural, promovendo visitas de estudo não só ligadas à estrutura curricular dos vários cursos, mas também a outras áreas do saber e da cultura; • Planificar e organizar o currículo tendo em consideração as especificidades e necessidades de todos os formandos.
<p>4. Promover a integração profissional, empreendedora e social dos formandos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Através do Técnico de Inserção e Orientação Profissional (TIOP), continuar a: <ul style="list-style-type: none"> - Colaborar na organização dos cursos, designadamente na identificação dos interesses dos candidatos, no levantamento das necessidades de formação e das saídas profissionais emergentes na comunidade local, bem como na divulgação da oferta formativa e na articulação com outros estabelecimentos de ensino; - Organizar sessões de esclarecimento sobre “técnicas de procura ativa de emprego”; - Atender e apoiar de forma individual e personalizada os diplomados com dificuldades de inserção no mercado de trabalho; - Continuar a desenvolver o trabalho de auscultação junto dos diplomados, em relação à sua satisfação formativa e à empregabilidade; • Continuar a promover aulas de Empreendedorismo, implementando um clube associado para boas práticas de inserção profissional e criação do próprio emprego. • Continuar a promover estágios curriculares, geralmente nos 2.º e 3.º anos do curso; • Promover encontros com outras escolas e instituições (âmbito cultural,

	<p>desportivo e lúdico);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Continuar a incentivar a participação dos formandos nos campeonatos regionais e nacionais das profissões; • Continuar a desenvolver parcerias e projetos de cooperação com empresas relacionadas com as áreas de formação da Escola; • Diversificar a oferta formativa em cada ano letivo, de acordo com as necessidades da sociedade e os interesses dos potenciais formandos; • Continuar a promover o Projeto Erasmus+, junto dos formandos do 2.º ano dos cursos, possibilitando estágios no estrangeiro europeu.
5. Divulgar a Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Participar nos acontecimentos económicos, sociais e culturais, locais e regionais; • Promover exposições dos trabalhos dos formandos, abrindo-as à comunidade; • Continuar a divulgar atividades e projetos da escola através do Facebook e Website da EPP; • Apresentação pública das PAP's, assim como do Programa Erasmus +; • Continuar a colaborar com entidades locais na cedência de serviços dos formandos, em diversas áreas; • Organizar e participar em eventos por parte de cursos afins.
6. Inserir a Escola na comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver parcerias com entidades nos domínios empresarial, económico, social e cultural; • Participar nos acontecimentos e ações promovidos pelas entidades representativas da Região; • Abrir a Escola à comunidade, através de atividades extracurriculares, com o objetivo de melhorar a sua imagem na ilha e aproximar os encarregados de educação à realidade escolar; • Promover e incentivar os formandos ao voluntariado.
7. Otimizar os recursos físicos e técnicos e melhorar as relações humanas.	<ul style="list-style-type: none"> • Manter abertura para a criação e desenvolvimento de clubes escolares; • Fomentar e desenvolver projetos disciplinares e multidisciplinares; • Promover reuniões regulares dos Conselhos de Turma dos respetivos cursos; • Continuar a organizar cursos de Formação Pedagógica de Formadores e outros na área pedagógica; • Continuar a organizar cursos com vista à qualificação do pessoal técnico,

	<p>administrativo e auxiliar;</p> <ul style="list-style-type: none"> Continuar a melhorar as condições humanas e físicas da Escola;
8. Promover a oferta formativa	<ul style="list-style-type: none"> Continuar a oferecer cursos Nível 4 em áreas diversificadas, que sejam apelativas aos nossos jovens e pertinentes para o mercado de trabalho local e regional; Manter o protocolo com a Universidade dos Açores, no sentido de continuar a oferecer cursos de especialização tecnológica (nível 5); Continuar a oferecer cursos Reativar, direcionados para os desempregados, tendo em vista a sua qualificação e inserção no mercado de trabalho; Candidatar/oferecer cursos para Ativos em regime pós-laboral.
9. Promover o Programa de “Saúde Escolar”	<ul style="list-style-type: none"> Manter o protocolo de “Saúde Escolar” com os profissionais de saúde do Centro de Saúde da Madalena; Desenvolver, em articulação com a equipa de Saúde Escolar, ações especiais de contacto e esclarecimento junto dos formandos, visando promover comportamentos saudáveis.
10. Diminuir os níveis de insucesso escolar	<ul style="list-style-type: none"> Criar nos formandos competências de estudo e hábitos de trabalho, em espaço de aula; Diversificar modalidades de apoio e de complementos educativos, em espaço de aula; Proporcionar aos formandos uma intervenção mais ativa no processo de ensino-aprendizagem, confrontando a teoria com a prática; Promover várias fases para a realização de avaliações extraordinárias; Continuar a obrigatoriedade de conclusão de 70% (sociocultural) e 90% (técnica) dos módulos, antes da realização da Formação em Contexto de Trabalho e reforçar a importância de conclusão dos 100% dos módulos para realização das Provas de Aptidão Profissional; Apostar na aprendizagem com base em projetos; Continuar a promover o prémio de mérito ao melhor formando finalista de cada ano.
11. Diminuir as taxas de abandono escolar	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver, reforçar e divulgar atividades, projetos e iniciativas extracurriculares; Na fase de seleção de candidatos,

	<p>conhecer as suas aptidões e motivações, ao encontro de perfil de curso;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envolver os encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos; • Diversificar a oferta formativa.
12. Manter e aperfeiçoar mecanismos de avaliação interna da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a promover o envolvimento de todos os agentes educativos nos processos de Avaliação das Escolas.

6.3. Calendarização

Linhas de Ação	2023-2026
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	

Considerando a dimensão deste Projeto como um todo coerente, não rigidamente espartilhada, deve entender-se esta calendarização como uma orientação e um instrumento de controlo temporal do mesmo.

7. AVALIAÇÃO – ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A avaliação do projeto tem por objeto verificar o grau de concretização dos diferentes objetivos. Este processo será realizado por todos intervenientes no processo educativo e coordenado pelo Diretor Pedagógico, que definirá os indicadores da avaliação e produzirá os instrumentos necessários.

Podemos considerar três tipos de avaliação:

- a) A final e global do Projeto, a se realizar no final do período de vigência do mesmo;
- b) A avaliação intermédia dos resultados, no final de cada ano letivo, e que permite efetuar as necessárias correções antes de se proceder à elaboração do plano anual seguinte;
- c) A avaliação contínua, a realizar ao longo de todo o processo de execução do projeto educativo, e que permitirá que se efetuem reformulações e readaptação aos objetivos.

Os instrumentos a utilizar serão:

- a) Relatórios das atividades previstas no Plano Anual da Escola, da responsabilidade dos diversos atores do projeto;
- b) Inquéritos muito simples dirigidos aos diversos intervenientes;
- c) Relatórios de avaliação intermédia (que incluem a avaliação dos planos anuais de atividade) da responsabilidade da Direção Pedagógica;
- d) Relatório síntese final, da responsabilidade da Direção Pedagógica.

8. PROJETOS E PARCERIAS

8.1. Projetos Europeus

É objetivo da Escola Profissional do Pico continuar a candidatar-se aos variados projetos europeus, no âmbito do “Programa Erasmus+”, que visa a promoção, essencialmente, de intercâmbios, de cooperação e de mobilidades entre sistemas de ensino e formação a nível europeu, no sentido de estes se estabelecerem enquanto referência mundial de qualidade, tendo como objetivos específicos:

- a) Contribuir para o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade ao longo da vida e promover elevados níveis de desempenho;
- b) Apoiar a criação de um espaço europeu de aprendizagem ao longo da vida;
- c) Contribuir para melhorar a qualidade das possibilidades de aprendizagem ao longo da vida existentes nos Estados-Membros;
- d) Reforçar o contributo da aprendizagem ao longo da vida para a coesão social, a cidadania ativa, o diálogo intercultural, a igualdade entre homens e mulheres e a realização pessoal;
- e) Contribuir para a promoção da criatividade, da competitividade e da empregabilidade, bem como para o desenvolvimento do espírito empreendedor;
- f) Contribuir para aumentar a participação na aprendizagem ao longo da vida de pessoas de todas as idades, incluindo as pessoas com necessidades especiais e grupos desfavorecidos;
- g) Promover a aprendizagem de línguas e a diversidade linguística;
- h) Apoiar o desenvolvimento de conteúdos, serviços, pedagogias e práticas inovadoras, baseado nas TIC, no domínio da aprendizagem ao longo da vida;
- i) Reforçar o papel da aprendizagem ao longo da vida na criação de um sentido de cidadania europeia baseada na compreensão e no respeito dos direitos humanos;
- j) Promover a cooperação em matéria de garantia de qualidade em todos os setores da educação e da formação na Europa;
- k) Incentivar a melhor utilização possível dos resultados e dos produtos e processos inovadores e assegurar o intercâmbio de boas práticas nos domínios abrangidos pelo Programa Erasmus +, no intuito de melhorar a qualidade nos setores da educação e da formação.

8.1.1. Mobilidade de Indivíduos para fins de Aprendizagem (KA102)

A Escola Profissional do Pico (EPP) promove anualmente o projeto de Mobilidade de Pessoas para Formação Profissional Inicial (FPI), do tipo descentralizada, portanto gerida pela Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação.

Este tipo de projetos tem como principal objetivo “apoiar os participantes em ações de formação e aperfeiçoamento na aquisição e utilização de conhecimentos, competências e qualificações de forma a facilitar o seu desenvolvimento pessoal, a empregabilidade e a participação no mercado de trabalho europeu”.

Para o efeito, a EPP (Beneficiário) tem mantido relações de parceria com instituições europeias (Parceiros), com vista à realização de estágios para os formandos dos cursos do 2.º e 3.º anos (Participantes), cuja incidência seja a sua área de formação.

Desta forma, a EPP vai ao encontro de determinadas necessidades dos seus formandos, tais como reforçar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso; adquirir conhecimentos que decorram ou derivem inclusivamente de novos saberes,

técnicas e tecnologias; conhecer uma outra realidade socioeconómica; conhecer outra cultura e praticar Línguas Estrangeiras; obter novas experiências profissionais que facilitem o ingresso na vida ativa; desenvolver o espírito de cidadania Europeia.

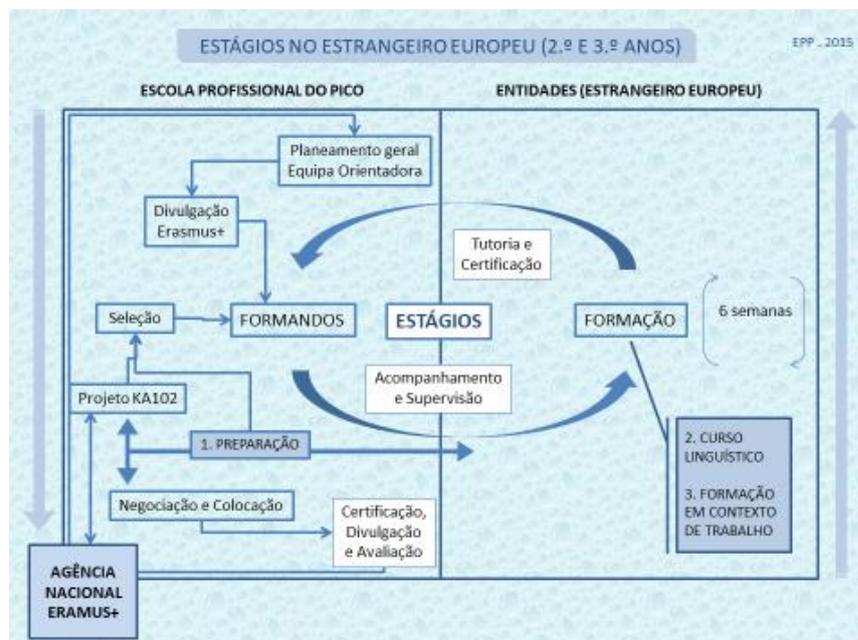
Como resultados esperados, salienta-se a prática mais fluente de Línguas Estrangeiras e ainda o reforço, aquisição e assimilação de competências, conhecimentos e experiências que facilitem o desenvolvimento pessoal, a participação no mercado de trabalho europeu e a empregabilidade a nível local e regional, no arquipélago dos Açores.

O projeto compreende a Preparação Pedagógica, Cultural e Linguística (curso linguístico); Curso de Aperfeiçoamento Linguístico (20 a 30 horas – país de acolhimento); e Estágio Profissional (6 semanas – país de acolhimento).

41

Como entidade Beneficiária, a EPP tem a função de coordenar os projetos, assumindo as responsabilidades de divulgar e apresentar o Programa Erasmus+ – KA102 - Mobilidade de Indivíduos para fins de Aprendizagem –, junto dos formandos dos cursos do 2.º e 3.º anos; selecionar os formandos interessados; manter uma parceria transnacional com vista à realização de um estágio profissional, negociando os conteúdos de acordo com o perfil de cada curso; preparar a candidatura junto da Agência Nacional Erasmus+ Educação e Formação; promover a preparação pedagógica, cultural e linguística; acompanhar, através de um responsável, os participantes na deslocação ao país de destino; controlar sistematicamente a execução do projeto no contexto da parceria; certificar os participantes; divulgar o projeto no contexto local, regional, nacional e transnacional. A equipa é geralmente constituída pela Direção Pedagógica, pelo responsável pelo projeto e pelo Técnico de Inserção e Orientação Profissional (TIOP).

Os Parceiros têm como funções assumir as responsabilidades de organizar os estágios em empresas, em cooperação com o Beneficiário; acolher e apoiar os participantes; distribuir os participantes por famílias de acolhimento com garantia de dormida, pequeno-almoço e jantar; organizar o Curso de Aperfeiçoamento Linguístico; colocar os participantes nas empresas, em áreas de preferência; certificar os participantes.



8.1.2. Cooperação para a Inovação e o Intercâmbio de Boas Práticas (KA2)

Desta ação, a Agência Nacional ocupa-se das Parcerias Estratégicas, que podem assumir diferentes formatos:

- Projetos de Cooperação ou projetos que visam o desenvolvimento de produtos inovadores; com organização de atividades de formação, ensino ou aprendizagem ou sem;
- Transetoriais ou setoriais, de ensino escolar (parcerias de intercâmbio escolar ou parcerias entre autoridades regionais); de ensino e formação profissional; de ensino superior ou de educação de adultos.

As Parcerias Estratégicas, apoiadas pela Ação-Chave 2 (KA2), Cooperação para a Inovação e Intercâmbio de Boas Práticas, visam que as organizações trabalhem em conjunto para melhorar a sua oferta para os aprendentes e para partilhar práticas inovadoras. Os projetos podem ser de dois tipos:

- Parcerias para a Inovação: Parcerias estratégicas de apoio à inovação, que devem desenvolver resultados inovadores e/ou atividades de disseminação e exploração de produtos existentes ou recentemente produzidos, ou de ideias inovadoras.
- Parcerias para o Intercâmbio de Boas Práticas: Parcerias Estratégicas de apoio ao intercâmbio de boas práticas, cujo objetivo principal é permitir que as organizações desenvolvam e reforcem as redes, a sua capacidade de operar a nível transnacional, a partilha e o confronto de ideias, práticas e métodos.

HISTÓRICO		
Ano	Projeto	Título
2003	PT/03/A/F/PL – 125797	Estudantes do Ensino Profissional - Inserção Profissional no Mundo da Eletrónica e da Manutenção de Computadores. UK
2004	PT/04/A/F/PL – 125969	Estudantes do Ensino Profissional - Inserção no Mundo do Turismo: uma aventura fora de portas. ES
2004-2006	04-PRT01-S2G01-00065-1 05-PRT01-S2G01-00087-2 06-PRT01-S2G01-00012-3	COUNTRYBUTION (Parceria Multilateral com 5 escolas Europeias: França, Alemanha, Itália, Grécia e Finlândia)
2005	PT/05/A/F/PL – 126085	A Ilha que abraça a Europa: uma aventura profissional. UK
2006	PT/06/A/F/PL – 126227	EUROPRO UK
2009	2009-1-PT1-LEO01-01647	EUROPRO II UK
2011	2011-1-PT1-LEO01-08081	PRO-UK
2012	2012-1-PT1-LEO01-11550	PRO-UK II (executado em 2013)
2013	2013-1-PT1-LEO01-15555	PRO-UK III
2013-2015	2013-1-TR1-LEO04-48051 6	Ensuring Modern Vocational Schools to Educate Well Trained Employees (Parceria Multilateral com outras 5 escolas profissionais de 5 países europeus – Turquia, Espanha, Roménia, Letónia, Polónia e Portugal)
2013-2015	2013-1-NO-LEO05-06154	Mirror, mirror – VET student’s appearance concerns and the influence on completion rates in VET and on their success rates on the job market (Noruega, Reino Unido, Áustria, Dinamarca e Portugal)
2016	2016-1-PT02-KA105-003191	Blue Economy: A Sustainable Future for Youth (Bulgária e Portugal)
2017	2017-1-PT01-KA102-035265	PRO-EUROPE
2018	2018-1-PT01-KA102-046728	PRO-SPAIN
2018-2020	2018-1-PI01-KA201-050700	e-Do Project – Innovative educational tools, enhancing key competences* (Polónia, Grécia e Portugal)
2018-2020	2018-1-ES01-KA229-050254_2	Our Intangible Heritage – A Value for the Future (Espanha,

		Turquia, Grécia, Estónia e Portugal)
2019-2022 (inclui extensão de um ano devido à pandemia Covid-19)	2019-1-CZ01-KA229-061132_4	Young Hands on Old Lands – Parceria Multilateral (República Checa, Polónia, Turquia, Grécia e Portugal)
2021-2023	2021-1-EE01-KA220-YOU-000028521	Multimodal Literacy – Partnership with focus on integration of young refugees, with innovative methodology (Estónia, Turquia, Bulgária, Lituânia, República Checa, França e Portugal)
2021-2023	2021-1-PL01-KA210-SCH-000031270	Speak and Vote Generation –Parceria de Escolas (Polónia, Grécia e Portugal)

* Protocolo de colaboração com o Município da Madalena do Pico.

8.2. Jornal “O Leme”

A Escola Profissional do Pico criou um jornal escolar em dezembro de 2002, denominado “Contacto Profissional”.

Mais tarde o Jornal passou a ser intitulado de “O Leme”, e tinha uma tiragem trimestral. Neste projeto, participaram todos os cursos e respetivos formadores com artigos para divulgação de todo o trabalho realizado.

O Jornal era composto por diferentes áreas: visitas de estudo realizadas pelos formandos; eventos escolares; entrevistas; páginas recreativas e culturais; página da Matemática, do Professor, da Saúde e do Desporto, das Línguas, do TIOP (Técnico de Inserção e Orientação Profissional) e da Eco-Escola.

Através dele, os formandos puderam ver o seu trabalho reconhecido pela comunidade escolar e a restante comunidade tinha, assim, acesso ao tipo de formação recebida por estes jovens, o que contribui para uma maior divulgação das competências e saberes destes perante as empresas e demais entidades.

Neste momento a divulgação de atividades e projetos tem sido feita através das redes sociais (Facebook da EPP) e Website, tendo o jornal sofrido uma interrupção.

8.3. Eco-Escola

A Educação Ambiental na Escola Profissional do Pico tem como base: a procura de resposta a problemas/necessidades da ilha; uma nova visão das aprendizagens relativas às interações entre o Homem e o Ambiente; um ensino baseado na realidade global e local, na qual se insere a comunidade educativa; uma metodologia ativa e multidisciplinar direcionada para a formação de cidadãos responsáveis e intervenientes; e um processo para um novo sistema de valores éticos ambientais aceites por toda a sociedade.

Deste modo, a EPP aderiu ao Programa Eco-Escolas no ano letivo de 2003/2004, pretendendo sensibilizar toda a comunidade escolar para a melhoria do desempenho ambiental e gestão do espaço escolar. A EPP tem sido galardoada pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) em cada ano letivo, pelo seu bom desempenho e bons resultados no âmbito deste programa ambiental.

Este projeto pretende, igualmente, estimular o hábito de participação e a adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, escolar e comunitário.

8.4. “Educar para o Empreendedorismo”

O Projeto “Educar para o Empreendedorismo”, direcionado a todos os formandos de todos os cursos, tem como principais objetivos:

- sensibilizar para a importância, pertinência e utilidade do empreendedorismo no mundo atual;
- familiarizar o modelo de formação “learning by doing”;
- promover atividades que permitam desenvolver e descobrir o espírito empreendedor;
- implementar estratégias para ajustar e alcançar objetivos empreendedores.

No contexto deste projeto, são implementados em cada ano as iniciativas “Empreendedor por um dia” (cursos do 1º ano), “Voluntário por um Dia” (cursos do 2º ano) e “Conversa com um Empreendedor” (cursos do 3º ano), assim como se promove a participação dos nossos alunos no Concurso de Ideias, a nível local e regional “IdeiaAçores”, tendo a Escola Profissional do Pico já arrecadado alguns prémios (1ºs e 2ºs lugares).

8.5. Programa “Parlamento dos Jovens”

- Educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política;
- Promover o debate democrático, o respeito pela diversidade de opiniões e pelas regras de formação das decisões;
- Incentivar a reflexão e o debate sobre um tema, definido anualmente;
- Proporcionar a experiência de participação em processos eleitorais;
- Estimular as capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria;
- Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetem o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político.

8.6. Parcerias

A Escola Profissional do Pico tem várias parcerias com outras entidades/instituições que contribuem para o processo de ensino-aprendizagem.

➤ **ACIP – Associação Comercial e Industrial do Pico**

A parceria existente entre a EPP e a ACIP tem em vista a inserção profissional de formandos, diplomados e formandos pós-formação, no contexto de estágios curriculares e extracurriculares e de empregabilidade direta, bem como a promoção de uma variedade de ações de formação para ativos em regime laboral ou pós-laboral.

➤ **Escola Cardeal Costa Nunes**

A parceria existente entre a EPP e a Escola Cardeal Costa Nunes é exclusivamente para a disciplina de Educação Física, com a cedência do pavilhão/ginásio e campo de jogos, uma vez que a EPP não possui instalações adequadas para o efeito.

➤ **Câmara Municipal da Madalena**

A Câmara Municipal da Madalena já disponibilizou à EPP alguns espaços físicos para a lecionação de aulas práticas, nomeadamente no edifício da Escola Primária da Madalena e na Sede do Futebol Clube da Madalena.

Cedência de transportes quando necessário; atribuição de Prémio de Mérito ao melhor aluno, em cada ano escolar; apoio com o programa Eco-Escolas; outros apoios no âmbito da educação/formação.

➤ **Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico**

Cedência de transportes quando necessário; cooperação na promoção de formação para ativos; outros apoios no âmbito da educação/formação.

Bibliografia

Carmo, Francisco. 1986. "O Meio Rural Açoriano", *Arquipélago*, série Ciências Sociais, vol. VIII, n.º 1. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 33-64.

Costa, Susana. 1997. *Pico. Séculos XV-XVIII. S/Ed.*, Câmaras do Pico: 143-270; 289-334.

Garcia, José Carlos. 1998. *Semana dos Baleiros. Construção da Identidade das Lajes do Pico*. Lajes do Pico, Artesanato Lajense: 15, 16.

Rocha, Gilberta. 1991. *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX. Unidade, Permanência e Diversidade*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores: 209-257.

Rocha, Gilberta. 1991. "Estruturas Demográficas das Ilhas Portuguesas através dos Censos", *Arquipélago*, Série Ciências Sociais, n.º 6. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 77-136.

Rocha, Gilberta. 1996. "A População dos Açores no contexto demográfico português na primeira metade do século XX", *Ler História. Açores: peças para um mosaico*, 31. Lisboa, ISCTE: 133-144.

Webgrafia

www.ine.pt – Censos 2021 (Resultados provisórios).